Demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2015 e relatório dos auditores independentes

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	10
Demonstrações do valor adicionado	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da ALL - América Latina Logística Malha Norte S.A. Curitiba - PR

Examinamos as demonstrações financeiras da ALL – América Latina Logística Malha Norte S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ALL – América Latina Logística Malha Norte S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

Os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e 1º de janeiro de 2014 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado e respectivas notas explicativas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 30 de março de 2016, sem modificação.

Curitiba, 30 de março de 2016.

KPMG Auditores Independentes CRC SP-014428/O-6 F-PR

João Alberto Dias Panceri Contador CRC PR-048555/O-2

Balanços patrimoniais

(Em milhares de Reais - R\$)

	No4o	21/12/2015	31/12/2014 (Decrease to de)	01/01/2014 (Page respected a)
A 42	Nota	31/12/2015	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Ativo				
Circulante	2	25 102	666.005	1 202 27
Caixa e equivalentes de caixa	3	25.103	666.085	1.282.367
Títulos e valores mobiliários	4	174.891	216.852	12.383
Contas a receber de clientes	5	205.365	107.887	192.028
Estoques		56.944	23.653	34.137
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	10.340	22.030
Outros tributos a recuperar	8	39.495	143.865	81.823
Adiantamento a fornecedores	6	583.605	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	22	-	-	1.945
Debêntures	7	515.600	-	-
Outros ativos		225.603	358.814	258.973
		1.826.606	1.527.496	1.885.686
Não circulante				
Caixa restrito	4	79.819	2.349	166.294
Recebíveis de partes relacionadas	6	727.678	624.593	172.484
Imposto de renda e contribuição social correntes		166.996	44.471	399
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	255.075	260.818	230.498
Outros tributos a recuperar	8	50.020	35.811	55.250
Depósitos judiciais	15	10.244	11.882	10.560
Outros ativos		1.554	-	-
Investimentos	10	85.092	81.552	73.614
Imobilizado	11	3.397.092	3.257.740	3.300.754
Intangível		2.668	2.940	561
		4.776.238	4.322.156	4.010.414
Total do ativo		6.602.844	5.849.652	5.896.100

Balanços patrimoniais

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	31/12/2015	31/12/2014 (Reapresentado)	01/01/2014 (Reapresentado)
Passivo	11000	01/12/2010	(IIII proseimus)	(Itempresentation)
Circulante				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	12	711.622	2.215.492	294.892
Arrendamento mercantil	13	229.162	229.476	133.760
Certificado de recebíveis imobiliários	14	68.407	238.858	105.214
Instrumentos financeiros derivativos	22	4.676	-	_
Fornecedores		189.212	134.446	219.456
Outros passivos financeiros	22	21.161	-	_
Ordenados e salários a pagar		30.177	23.096	13.545
Demais tributos a pagar		9.115	2.643	4.276
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		2.465	22.642	51.442
Adiantamentos de clientes		78.855	25.336	140.097
Receitas diferidas		2.700	2.700	3.203
Outras contas a pagar		50.324	35.490	28.857
1 6		1.397.876	2.930.179	994.742
Não circulante				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	12	1.961.717	177.025	1.912.590
Arrendamento mercantil	13	943.307	781.338	946.818
Certificado de recebíveis imobiliários	14	160.846	-	179.517
Instrumentos financeiros derivativos	22	15.605	22.942	27.897
Provisão para demandas judiciais	15	36.816	12.769	1.855
Pagáveis a partes relacionadas	6	10.062	59	12.894
Receitas diferidas		17.894	20.494	22.903
Outras contas a pagar		19.960	7.151	5.161
1 0		3.166.207	1.021.778	3.109.635
Total do passivo		4.564.083	3.951.957	4.104.377
Patrimônio líquido	16			
Capital social		1.365.607	1.365.607	1.365.607
Reserva de capital		17.566	17.566	17.438
Reserva de lucros		651.978	529.839	417.933
Prejuízos acumulados		_	(19.410)	(13.765)
Ajuste de avaliação patrimonial		3.610	4.093	4.510
Total do patrimônio líquido		2.038.761	1.897.695	1.791.723
Total do passivo e do patrimônio líquido		6.602.844	5.849.652	5.896.100

Demonstrações de resultados

(Em milhares de reais, exceto exceto resultado por ação)

			31/12/2014
	Nota	31/12/2015	$\underline{(Reapresentado)}$
Descite energical Kovide	19	2 476 105	2 024 640
Receita operacional líquida	20	2.476.105	2.034.640
Custo dos serviços prestados	20	(1.881.981)	(1.465.333)
Lucro bruto		594.124	569.307
Despesas com vendas, gerais e administrativas	20	(18.770)	(14.800)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	21	(50.978)	20.848
Provisão para impairment	20	-	(168.000)
	•	(69.748)	(161.952)
Lucro antes do resultado da equivalência patrimonial,			
do resultado financeiro líquido e do imposto de			
renda e contribuição social	-	524.376	407.355
Equivalência patrimonial	11	7.940	8.615
Lucro antes do resultado financeiro líquido	-	532.316	415.970
e do imposto de renda e contribuição social		<i>202.</i> 010	110070
Despesas financeiras		(430.349)	(410.544)
Receitas financeiras		117.585	115.567
Variação cambial, líquida		(22.612)	(1.485)
Derivativos		(3.314)	2.559
Resultado financeiro líquido	17	(338.690)	(293.903)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	-	193.626	122.067
Imposto de renda e contribuição social correntes	9	(18.573)	(24.553)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	(5.956)	30.917
imposio de ronda e controlação social diferidos		(24.529)	6.364
Lucro líquido do exercício	-	169.097	128.431
Lucio aquiuo do exercicio	=	109.097	120,431
Lucro líquido básico e diluído por ação			
Por ação ordinária	18	R\$ 0,219	R\$ 0,166
Por ação preferencial "A"	18	R\$ 0,241	R\$ 0,183
Por ação preferencial "B"	18	R\$ 0,219	R\$ 0,166

Demonstrações do resultado abrangente (*Em milhares de reais*)

	31/12/2015	31/12/2014 (Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	169.097	128.431
Total do resultado abrangente, líquidos de impostos	169.097	128.431

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

(Em milhares de reais)

		Reserva de						
		capital	Res	servas de luc	ros			
			Reserva de				Lucros	
	Capital	Opções	incentivos	Reserva	Reserva para	Ajuste de avaliação	(Prejuízos)	
	social	outorgadas	fiscais	Legal	investimentos	patrimonial	acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.365.607	17.438	249.652	13.955	154.326	4.510	(4.484)	1.801.004
Correção de erro e mudança de prática contábil, líquido	-	_	-	-	_	-	(9.281)	(9.281)
Saldo em 01 de janeiro de 2014 (Reapresentado)	1.365.607	17.438	249.652	13.955	154.326	4.510	(13.765)	1.791.723
Y 1/ 11 1 / 21							120 121	120 421
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	128.431	128.431
Ajuste reflexo associada - custo atribuído		-	-	-	-	(417)	417	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(22.587)	(22.587)
Constituição para reserva	-	-	37.424	6.724	67.758	-	(111.906)	-
Registro de reserva para opções outorgadas	-	128	-	-	-	-	-	128
Saldo em 31 de dezembro de 2014 (Reapresentado)	1.365.607	17.566	287.076	20.679	222.084	4.093	(19.410)	1.897.695
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	169.097	169.097
Ajuste reflexo associada - custo atribuído	-	-	=	-	-	(483)	483	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(28.031)	(28.031
Constituição para reserva	-	-	30.538	7.509	84.092	-	(122.139)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.365.607	17.566	317.614	28.188	306.176	3.610	-	2.038.761

Demonstrações dos fluxos de caixa

(Em milhares de reais)

	31/12/2015	31/12/2014 (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais Resultado operacional antes do IR e CS	193.626	122.067
Ajustes para: Depreciação e amortização Provisão para <i>impairment</i>	328.108	190.731
Equivalência patrimonial	(7.940)	168.000 (8.615)
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	372.019	375.906
Perda (ganho) apurada nas baixas do ativo permanente	2.531	-
Receita diferida	(2.600)	(2.700)
Provisão de take or pay, indenizações e outros	31.984	-
Provisão para demandas judiciais	34.177	42.518
Provisão para participação nos resultados	10.842 6.232	128
Outros Provisão para crédito de liquidação duvidosa	6.232	(6.370)
i iovisão para ciedito de fiquidação duvidosa	975.168	881.665
Redução (aumento) nas contas do ativo e passivo	772.100	001.002
Contas a receber de clientes	(94.030)	90.819
Estoques	(39.523)	10.484
Impostos e contribuições a recuperar	(32.452)	(81.544)
Adiantamento a fornecedores	(496.932)	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	- 00 175	(191.529)
Fornecedores Outros passivos financeiros	98.175	(181.538)
Adiantamento de clientes	(77) 53.519	-
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	(3.761)	617
Obrigações fiscais	(18.850)	(38.768)
Provisões para demandas judiciais	(7.343)	(10.345)
Outros ativos e passivos, líquidos	139.806	(130.712)
	(401.468)	(340.310)
Caixa gerado nas atividades operacionais	573.700	541.355
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Caixa restrito	(77.470)	-
Adições ao imobilizado	(165.133)	(248.390)
Dividendos recebidos	4.000	- (40.524)
Títulos e valores mobiliários	41.961	(40.524)
Partes relacionadas - mútuos Caixa utilizado nas atividades de investimentos	(649.074) (845.716)	(288.914)
Caixa utilizado has atividades de investimentos	(043./10)	(200.914)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	555.200	466.001
Captações	577.308	466.821
Amortização de principal Amortização de juros	(682.809) (229.459)	(549.088)
Instrumentos financeiros derivativos	(5.975)	(267.782)
Dividendos pagos	(28.031)	(51.387)
Partes relacionadas - mútuos	-	(467.287)
Caixa utilizado nas atividades de financiamentos	(368.966)	(868.723)
Redução no caixa e equivalentes de caixa	(640.982)	(616.282)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	666.085	1.282.367
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	25.103	666.085
Redução no caixa e equivalentes de caixa	(640.982)	(616.282)

Demonstrações do valor adicionado

(Em milhares de reais)

	31/12/2015	31/12/2014 (Reapresentado)
Receitas		
Vendas de serviços	2.614.694	2.307.013
Outras receitas	9.015	22.632
Constituição (reversão) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.189)	6.370
	2.617.520	2.336.015
Insumos adquiridos de terceiros		/4 40 0 1
Custos dos serviços vendidos	(1.405.331)	(1.193.576)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(39.150)	(177.710)
Perda de valores ativos	(4.171)	(9.377)
Outras	(67.703)	6.192
	(1.516.355)	(1.374.471)
Valor adicionado bruto	1.101.165	961.544
Depreciação, amortização e impairment	(328.108)	(358.731)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	773.057	602.813
Valor adicionado recebido em transferência		
Resultado de equivalência patrimonial	7.940	8.615
Receitas financeiras	108.739	112.784
Receitas inianceiras	116.679	121.399
	110.079	121.377
Valor adicionado total a distribuir	889.736	724.212
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos		
Remuneração direta	69.244	44.668
Benefícios	8.938	4.525
FGTS	2.579	1.564
	80.761	50.757
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	167.739	110.609
Estaduais	12.336	15.935
Municipais	292	342
	180.367	126.886
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	447.429	406.687
Aluguéis e arrendamento	12.082	11.451
do contrato de concessão		
	459.511	418.138
Remuneração de capitais próprios	141.066	12.450
Lucro retido	141.066	12.458
Dividendos declarados	28.031	115.973
	169.097	128.431
Valor adicionado total distribuído	889.736	724.212
	 _	

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

A ALL – América Latina Logística Malha Norte S.A. ("Companhia" ou "ALL Malha Norte") é uma sociedade por ações brasileira, com registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede em Cuibabá – Mato Grosso, que opera no segmento de transporte ferroviário nos estados do Mato Grosso do Sul e São Paulo. A Companhia é uma controlada direta da ALL – América Latina Logística S.A. ("Controladora" ou "ALL") e indireta da Rumo Logística Operadora Multimodal S.A. ("Rumo").

A concessão para o transporte ferroviário de carga da Companhia foi concedida em 19 de maio de 1989 por um prazo de 90 anos, prorrogável por igual período. Não há obrigações de pagamento de qualquer valor durante o prazo do contrato uma vez que a ferrovia foi construída com capital privado.

Em 11 de fevereiro de 2015, em atenção ao estabelecido no artigo 2º da Instrução CVM nº 358/2002, foi aprovado pelo CADE, por unanimidade, nos termos do art. 61 da Lei nº 12.529/2011, o ato de Concentração relativo à incorporação de ações de emissão da ALL pela Rumo ("Incorporação"), mediante a celebração de um Acordo em Controle de Concentração ("ACC"). Por força do ACC, a nova companhia adotará determinados comportamentos voltados a eliminar as preocupações concorrenciais identificadas no parecer da Superintendência Geral do CADE.

Essas obrigações comportamentais vigorarão pelo prazo de até 7 (sete) anos e visam, sobretudo, assegurar atendimento isonômico aos usuários dos serviços de transporte ferroviário de cargas, principalmente por meio de reforço das regras de governança, da adoção de mecanismos de transparência nos parâmetros de tarifação, controle de atendimento dos serviços e da limitação do uso do transporte ferroviário por partes relacionadas.

A partir de 1º de abril de 2015, as ações de emissão da Rumo (BM&FBovespa: RUMO3), já refletindo os efeitos da Incorporação de Ações, passaram a ser negociadas na BM&FBOVESPA. Em decorrência deste processo as ações de emissão da Controladora (BM&FBovespa: ALLL3) deixaram de ser negociadas na BM&FBOVESPA em 31 de março 2015. Com isto, em 1º de abril de 2015, a Companhia se tornou uma controlada indireta da Rumo e da Cosan Limited.

a) Restrições e condições de operação na concessão outorgada à Companhia

A Companhia está sujeita ao cumprimento de certas condições previstas no contrato de concessão, tais como: não efetuar sub-concessão; submeter-se à fiscalização permanente da União; cumprimento de normas, especificações técnicas e padrões nacionais do Ministério dos Transportes; cumprir todas as disposições legais aplicáveis aos serviços concedidos, especialmente aquelas relativas à proteção do meio ambiente.

O contrato será extinto com a concretização dos seguintes fatos: convenção amigável das partes, precedidas de negociações e ajustes financeiros devidos por uma à outra parte; término do prazo contratual; encampação ou resgate, por interesse público superveniente à concessão, mediante a devida indenização; anulação por ilegalidade da concessão ou do contrato; infrações graves e continuadas cometidas por uma das partes, que acarretem danos à qualidade e eficiência dos serviços; por encampação pela União dos serviços concedidos ou pelo advento de Lei que torne o contrato, formal ou materialmente, impossível. Ocorrendo a encampação, os acionistas da Companhia serão indenizados pelo justo valor do acervo vinculado à concessão, apurado à época da encampação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e principais políticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e estas correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 29 de março de 2016.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que também é a moeda funcional da Companhia

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

Em função da aquisição pela Rumo, a Companhia passou por uma revisão de suas principais estimativas, fato que impactou o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015. As principais estimativas revisadas foram:

- Vidas úteis dos ativos imobilizados: até 31 de março de 2015, a Companhia não apresentava um controle individualizado dos seus ativos de longo prazo. Em 1º de abril de 2015 o trabalho de individualização dos ativos foi concluído, fato que permitiu uma clara aferição de suas vidas úteis, que foram adotadas a partir desta data, trazendo uma carga de depreciação maior ao custos dos serviços prestados.
- Provisão para créditos de liquidação duvidosa: a partir de 1º de abril de 2015 a Companhia passou a adotar o critério de sua nova controladora, onde os saldos vencidos acima de 90 dias são 100% provisionados, salvo exceções onde são apresentadas garantias reais ou negociações específicas.
- Provisão para realização de estoques de peças de manutenção: com a aquisição da Companhia pela Rumo e a perspectiva de aquisição de novas locomotvias e vagões, os estoques que seriam utilizados na manutenção de equipamentos antigos foram considerados para provisão para realização uma vez que existe um plano de descontinuidade dos ativos antigos que demandariam tais peças.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- Provisão para demandas judiciais: a nova administração da Companhia efetuou uma revisão geral das contingências atentando para (i) o valor atualizado das causas, (ii) revisão dos riscos de perda, (iii) análise detalhada das defesas propostas, (iv) revisão da estratégia de defesa e (v) fase processual. Desta forma a estimativa do valor relacionado a contingencias prováveis foi alterado com base na melhor estimativa da nova administração.
- Provisão para remediação ambiental: a Companhia fez um levantamento de suas obrigações de remediação ambiental e provisionou o montante previsto para realização das adequações necessárias.

A revisão das estimativas acima trouxe impacto redutor, antes dos impostos, de R\$ 118.658 aos resultados do exercício, alocados nas linhas de custo dos serviços prestados (R\$ 72.186), despesas com vendas, gerais e administrativas (R\$ 5.848) e outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (R\$ 40.624), fato que não necessariamente os torna comparáveis com os saldos correspondentes de períodos anteriores.

As informações sobre julgamentos críticos e incertezas referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

• Nota 11 - Imobilizado e Intangível

O cálculo da depreciação e amortização de ativos intangíveis e imobilizado inclui as estimativas das vidas úteis.

A Companhia realiza anualmente uma avaliação dos indicadores de *impairment* de ativos intangíveis e imobilizados. Um *impairment* existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

• Nota 13 - Arrendamento mercantil

A Companhia contratou arrendamentos mercantis de material rodante (locomotivas e vagões). A classificação do arrendamento como operacional ou financeiro é determinada com base em uma avaliação dos termos e condições dos contratos. A Companhia identificou os casos em que assume substancialmente todos os riscos e benefícios significativos da propriedade dos referidos bens, registrando esses casos como arrendamento financeiro.

• Nota 9 - Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para os prejuízos fiscais não utilizados e diferenças temporárias dedutíveis na extensão em que seja provável que o lucro tributável estará disponível contra o qual estes possam ser utilizados. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 22 - Valor justo dos derivativos e outros instrumentos financeiros

Quando o valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, ele é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, tais como o risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

• Nota 15 - Provisão para demandas judiciais

As provisões para demandas judiciais são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o montante foi estimado com segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informações de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, são utilizadas para mensurar valor justo, a Administração analisa as evidências obtidas para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos contábeis, incluindo o nível de hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, sempre que possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- (a) os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- (b) os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2.5 Investimento em coligadas (equivalência patrimonial das investidas)

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as suas políticas financeiras e operacionais. A influência significativa supostamente ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém entre 20% e 50% do poder votante da entidade.

As seguintes coligadas são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial:

	Participação direta e indireta				
	31/12/2015	31/12/2014			
Coligadas (Equivalência patrimonial)					
Termag S.A. (i)	19,85%	19,85%			
TGG S.A. (i)	9,92%	9,92%			
Terminal XXXIX S.A.	49,62%	49,62%			
Portofer Ltda.	50,00%	50,00%			

Para essas coligadas a conclusão sobre a existência de influência significativa decorre da participação de representante da Companhia no conselho da coligada.

Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo. O custo dos investimentos incluem os gastos com transação.

As demonstrações financeiras incluem os resultados e variações patrimoniais de coligadas, na proporção da participação da Companhia, após a realização de ajustes para alinhar as suas políticas contábeis com aquelas da Companhia.

2.6 Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas utilizando as taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data.

2.7 Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros disponíveis para venda ou empréstimos e recebíveis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

➤ Ativo financeiro disponível para venda

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas dentro do patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial. Quando esses ativos são desreconhecidos, os ganhos e perdas acumulados mantidos como ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado.

Os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda incluem CDBs e títulos do governo.

> Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber de clientes, recebíveis de partes relacionadas e caixa restrito.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros resgatáveis em três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

b) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

A Companhia normalmente classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado mediante o método dos juros efetivos.

Outros passivos financeiros compreendem empréstimos, financiamentos e debêntures, arrendamento mercantil, certificado de recebíveis imobiliários, fornecedores, pagáveis a partes relacionadas, dividendos a pagar e parcelamento de débitos - REFIS.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém instrumentos derivativos de *hedge* financeiros para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira e taxa de juros.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Como a Companhia não se utiliza do mecanismo de *hedge* accounting, após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são reconhecidas imediatamente no resultado.

2.8 Estoques

Os estoques são registrados ao custo médio de aquisição e pelo valor realizável líquido.

O valor realizável líquido é ajustado com base em obsolescência e eventuais perdas uma vez que o estoque da Companhia é para consumo próprio na forma de combustível ou peças de manutenção. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

2.9 Imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- o custo de materiais e mão de obra direta;
- quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida;
- uma estimativa dos custos de desmantelamento e remoção dos equipamentos e restauração do local em que eles estão localizados, quando a Companhia tem a obrigação de retirar o bem ou restaurar o local; e
- custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

(i) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado quando incorridos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir do momento em que estiverem disponíveis para uso ou, no caso de ativos construídos, a partir da data em que o ativo estiver concluído e pronto para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de bens do ativo imobilizado menos seus valores residuais estimados usando o método linear ao longo de suas vidas úteis estimadas. A depreciação é geralmente reconhecida nos lucros ou prejuízos, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor prazo entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a menos que esteja razoavelmente certo que a Companhia irá obter a propriedade no fim do prazo da locação. Terrenos não são depreciados.

A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil média de cada ativo, seguindo vidas úteis (em anos) demonstradas abaixo:

Edifícios e benfeitorias	10 - 25
Máquinas, equipamentos e instalações	4 - 10
Aeronaves, embarcações e veículos	5 - 10
Vagões	
Benfeitorias	1 - 27
Próprios	30 - 35
Locomotivas	
Benfeitorias	1 - 23
Próprios	25 -30
Vias permanentes	
Benfeitorias	2 - 23
Próprios	2 - 97
Móveis e utensílios	4 - 10
Equipamentos de informática	4 - 10

Os custos da manutenção periódica normal são contabilizados em despesas quando incorridos uma vez que os componentes substituídos não melhorem a capacidade produtiva ou introduzam aprimoramentos aos equipamentos.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis, se apropriado.

2.10 Intangíveis

a) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

b) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

c) Amortização

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear baseado nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que esses estão disponíveis para uso.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso sejam adequados.

2.11 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Ativos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa ("UGC") exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes com base na taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2.12 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

2.13 Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios a empregados de curto prazo são mensuradas em uma base não descontada e são contabilizadas conforme o serviço relacionado seja prestado. Um passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago em bônus em dinheiro de curto prazo ou planos de participação nos lucros se a Companhia tem uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação pode ser estimada de forma confiável.

Transações de pagamento baseado em ações

O valor justo de benefícios de pagamento baseado em ações na data de outorga é reconhecido, como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem às condições do serviço na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (vesting date).

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

2.14 Receita

a) Receita de serviços

As receitas decorrentes da prestação de serviços são reconhecidas quando a entidade transfere à contraparte os riscos e benefícios significativos inerentes à prestação dos serviços, quando são prováveis que benefícios econômicos associados à transação fluam para Companhia, bem como quando seu valor e custos incorridos relacionados puderem ser mensurados de forma confiável. Os preços de serviços são fixados com base em ordens de serviços ou contratos. A receita da Companhia é composta basicamente por serviços de frete ferroviário, de frete rodoviário, de transporte de contêineres, de armazenagem e de transbordo e elevação portuária, motivo pelo qual os critérios acima são normalmente atendidos no momento em que o serviço logístico é prestado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

b) Receita diferida

A Companhia possui receita diferida composta por adiantamentos recebidos de clientes visando investimento em ativo permanente em contrapartida de um contrato de serviço de transporte ferroviário, exigindo desempenho futuro de serviços pela Companhia.

2.15 Arrendamentos mercantis

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

a) Ativos arrendados

Ativos detidos pela Companhia no âmbito de contratos de arrendamento que transferem substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os ativos detidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia.

b) Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos linearmente como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada exercício durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

Os valores pagos antecipadamente pela Companhia são registrados no ativo e alocados no resultado linearmente no decorrer do prazo do contrato. Os encargos incorridos no exercício de carência são registrados no resultado e mantidos como obrigações a pagar, sendo baixados proporcionalmente ao pagamento das parcelas correntes.

2.16 Receitas e despesas financeiras

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado pelo método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais sobre ativos e passivos financeiros são reportados em uma base líquida ou como receita financeira ou despesa financeira, dependendo se os movimentos em moeda estrangeira estão em uma posição de ganho líquido ou perda líquida.

2.17 Impostos e contribuições

Imposto de renda abrange o imposto de renda e contribuição social à alíquota de 34%. As despesas com imposto compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, exceto na medida em que se trata de uma combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

a) Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e que não afete nem o resultado contábil nem o lucro ou prejuízo fiscal; e
- diferenças temporárias relacionadas com investimentos em coligadas, na medida em que a Companhia é capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e é provável que elas não revertam num futuro previsível

A mensuração dos impostos diferidos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, na data do balanço, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão, utilizando as taxas de imposto aprovadas na data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes e são relacionados a mesma entidade tributável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Um ativo fiscal diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis na medida em que é provável que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais poderão ser utilizados. Os impostos diferidos ativos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que não é mais provável que o benefício fiscal será realizado.

c) Impostos indiretos

A receita é reconhecida líquida de descontos e impostos sobre vendas.

d) Riscos fiscais

Na determinação do montante de imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se impostos e juros adicionais podem ser devidos. Esta avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem tornar-se disponíveis, que pode fazer com que a Companhia mude sua decisão sobre a adequação das obrigações fiscais existentes; tais alterações terão impacto na despesa de imposto no exercício em que tal determinação é efetuada.

2.18 Subvenções e assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. A Companhia possui um incentivo fiscal cujo benefício compreende redução de 75% sobre o IRPJ e adicionais não restituíveis apurados sobre o lucro de exploração iniciado em 2008 e término do prazo em 2024.

2.19 Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

2.20 Fluxo de caixa – transações que não envolveram caixa

A Companhia apresenta suas demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia realizou as seguintes transações que não envolveram o caixa e, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

• Arrendamento de locomotivas, vagões e outros ativos através de operação caracterizada contabilmente como leasing financeiro no montante de R\$ 275.180.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2.21 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2015. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo CPC.

• IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, publicado em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para o exercício a iniciar em 1º de janeiro de 2018.

- IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes exige o reconhecimento da receita refletindo a contraprestação esperada a receber em troca do controle desses bens e serviços. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 Contratos de Construção, a IAS 18 Receitas e correspondentes interpretações. A IFRS 15 é efetiva para o exercício a iniciar em 1º de janeiro de 2018.
- IFRS 16 Arrendamentos, foi emitida em 13 de janeiro de 2016. Espera-se um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia, pois todos os arrendamentos nos quais a Companhia é arrendatária deverão estar reconhecidos no balanço. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2019 e substitui a IAS 17 Arrendamentos.

A Companhia ainda está avaliando os efeitos que as normas acima terão nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações. Não há outras novas normas IFRS ou interpretações IFRIC que se espera que tenha um impacto significativo sobre a Companhia.

2.22 Reapresentação das cifras comparativas

Em decorrência da combinação das atividades da Companhia com a Rumo, foram identificados ajustes e reclassificações que levaram a administração da Companhia a reemitir as presentes demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014. Essas demonstrações financeiras estão sendo reemitidas para correção de erros, conforme detalhado nos itens (i) a (iv) abaixo.

Correção de erros

- (i) Reclassificação de créditos de ICMS na compra de ativo imobilizado, não compensáveis, de impostos a recuperar para ativo imobilizado.
- (ii) A Companhia revisou os critérios utilizados para a contabilização de créditos de impostos previdenciários em 2014 e como resultado desta revisão concluiu que o crédito era incerto e, dessa forma, ajustou retroativamente as cifras daquele ano, estornando o crédito tributário registrado em 31 de dezembro de 2014.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- (iii) Reversão de ganhos decorrente de operação de sale and leaseback, reconhecidos em períodos anteriores e relacionados a contratos de arrendamento financeiro anteriormente classificados como arrendamento operacional, que tiveram os seus registros contábeis reconstituídos no encerramento das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 e 2013.
- (iv) Recálculo do imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos decorrente dos ajustes de reapresentação efetuados.

Reapresentação dos números de 31 de Dezembro de 2014

	31/12/2014 Original	ICMS (i)	Créditos previdenciários (ii)	Efeitos Tributários (iv)	31/12/2014 Reapresentado	
Ativo				. ,		•
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	562	-	-	9.778	10.340	
Outros ativos circulantes	1.517.156				1.517.156	
Total do ativo circulante	1.517.718	-	-	9.778	1.527.496	
Ativo não circulante						
Impostos e contribuições a recuperar	84.434	(45.733)	(2.890)	-	35.811	
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	44.471	-	-	-	44.471	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	264.778	-	-	(3.960)	260.818	
Imobilizado	3.210.468	47.272	-	-	3.257.740	
Outros ativos não circulantes	723.316				723.316	
Total do ativo não circulante	4.327.467	1.539	(2.890)	(3.960)	4.322.156	
Total do ativo	5.845.185	1.539	(2.890)	5.818	5.849.652	
	31/12/2014 Original	ICMS (i)	Créditos previdenciários (ii)	Efeitos Tributários (iv)	Receita diferida (iii)	31/12/2014 Reapresentado
Passivo circulante			(11)	(11)		
Obrigações fiscais	2.643	-	-	-	-	2.643
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	14.162	-	8.934	-	-	23.096
Receitas diferidas	1.528	-	-	-	1.172	2.700
Outros passivos circulantes	2.901.740					2.901.740
Total do passivo circulante	2.920.073	-	8.934	-	1.172	2.930.179
Passivo não circulante						
Receitas diferidas	6.723	-	-	-	13.771	20.494
Outros passivos não circulantes	1.001.284					1.001.284
Total do passivo não circulante	1.008.007	-	-	-	13.771	1.021.778
Total do passivo	3.928.080	-	8.934	-	14.943	3.951.957
Patrimônio líquido	1.917.105	1.539	(11.824)	5.818	(14.943)	1.897.695
Total do passivo e do patrimônio líquido	5.845.185	1.539	(2.890)	5.818	-	5.849.652

ALL - América Latina Logística Malha Norte S.A. Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2014 Saldo original	Créditos previdenciárioas (ii)	ICMS (i)	Receita Diferida (iii)	Efeitos tributários (iv)	31/12/2014 Saldo (Reapresentado)
Dogaita Kanida da comigas	2.033.468			1.172		2.034.640
Receita líquida de serviços Custo dos serviços prestados	(1.450.830)	(10.167)	(4.336)	1.172	_	(1.465.333)
Lucro bruto	582.638	(10.167)	(4.336)	1.172	<u> </u>	569.307
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(19.208)	-	4.408	-	-	(14.800)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	20.848	-	-	-	-	20.848
Provisão para impairment	(168.000)	-	-	-	-	(168.000)
Equivalência patrimonial	8.615					8.615
	(157.745)	-	4.408	-	-	(153.337)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	424.893	(10.167)	72	1.172	-	415.970
Resultado financeiro	(292.246)	(1.657)	-	-	-	(293.903)
Lucro operacional antes dos tributos	132.647	(11.824)	72	1.172		122.067
Imposto de renda e contribuição social correntes	(34.332)	-	_	-	9.779	(24.553)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	40.245	-	-	(399)	(8.929)	30.917
	5.913	-	-	(399)	850	6.364
Lucro líquido do exercício	138.560	(11.824)	72	773	850	128.431

Reapresentação dos números de 31 de Dezembro de 2013

		Cor	reção de erro	
	31/12/2013 Original	ICMS (i)	Receita diferia (iii)	31/12/2013 Reapresentado
Ativo	1.00= 505			1.00=.005
Ativo circulante	1.885.686	-	-	1.885.686
Ativo não circulante				
Outros tributos a recuperar	80.846	(25.596)	-	55.250
Impostos de renda e contribuição social diferidos	224.918	-	5.580	230.498
Imobilizado	3.273.692	27.062	-	3.300.754
Outros ativos	423.912	-	-	423.912
Total do ativo não circulante	4.003.368	1.466	5.580	4.010.414
Total do ativo	5.889.054	1.466	5.580	5.896.100

ALL - América Latina Logística Malha Norte S.A. Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2013 Original	ICMS (i)	Receita diferia (iii)	31/12/2013 Reapresentado
Passivo circulante			, ,	
Receitas diferidas	1.528	-	1.675	3.203
Outros passivos circulantes	991.539	-	=	991.539
Total do passivo circulante	993.067	-	1.675	994.742
Passivo não circulante				
Receitas diferidas	8.251	-	14.652	22.903
Outros passivos não circulantes	3.086.732	-	-	3.086.732
Total do passivo não circulante	3.094.983	-	14.652	3.109.635
Total do passivo	4.088.050		16.327	4.104.377
Patrimônio líquido	1.801.004	1.466	(10.747)	1.791.723
Total do passivo e do patrimônio líquido	5.889.054	1.466	5.580	5.896.100

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A demonstração do resultado abrangente foi afetada somente pelo impacto dos ajustes na demonstração de resultado. Para adequar a apresentação dos fluxos de caixa originados (utilizados) nas atividades operacionais, investimentos e financiamentos às novas políticas de divulgação da Companhia foram efetuadas as reclassificações apresentadas abaixo:

- (i) Movimentação do lucro líquido do exercício para lucro antes dos impostos
- (ii) Ajustes decorrentes da reapresentação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2014
- (iii) Detalhamento dos efeitos de demandas judiciais no fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais, bem como reclassificação dos juros pagos de atividades operacionais para atividades de financiamento.

	31/12/2014 Original	Ajuste imposto (i)	Ajustes de reapresentação (ii)	Demandas judiciais (iii)	Juros sobre empréstimos (iii)	31/12/2014 (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais						
Resultado operacional antes do IR e CS	138.560	(5.913)	(10.580)	-	-	122.067
Ajustes para:						
Depreciação e amortização	186.395	-	4.336	-	-	190.731
Provisão para impairment	168.000	-	-	-	-	168.000
Equivalência patrimonial	(8.615)	-	-	-	-	(8.615)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(40.245)	40.245	-	-	-	-
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	106.467	-	1.657	-	267.782	375.906
Receita diferida	(1.528)	-	(1.172)	-	-	(2.700)
Provisão para demandas judiciais	21.259	-	-	21.259	-	42.518
Outros	128	-	-	-	-	128
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(6.370)	-	-	-	-	(6.370)
	564.051	34.332	(5.759)	21.259	267.782	881.665
Redução (aumento) nas contas do ativo e passivo						
Contas a receber de clientes	90.819	-	-	-	-	90.819
Estoques	10.484	-	-	-	-	10.484
Impostos e contribuições a recuperar	(87.303)	-	5.759	-	-	(81.544)
Dividendos e juros sobre capital próprio	677	-	-	-	-	677
Fornecedores	(181.538)	-	-	-	-	(181.538)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	617	-	-	-	-	617
Obrigações fiscais	(4.436)	(34.332)	-	-	-	(38.768)
Provisões para demandas judiciais	-	-	-	(10.345)	-	(10.345)
Outros ativos e passivos, líquidos	(119.798)	-	-	(10.914)	-	(130.712)
	(290.478)	(34.332)	5.759	(21.259)	-	(340.310)
Caixa gerado nas atividades operacionais	273.573				267.782	541.355

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2014 Original	Ajuste imposto (i)	Ajustes de reapresentação (ii)	Demandas judiciais (iii)	Juros sobre empréstimos (iii)	31/12/2014 (Reapresentado)
Caixa utilizado nas atividades de investimentos	(288.914)					(288.914)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento Amortização de Juros	_	_	_	_	(267.782)	(267.782)
Outras atividades de financiamento	(600.941)				(207.762)	(600.941)
Caixa utilizado nas atividades de financiamento	(600.941)	<u> </u>		-	(267.782)	(868.723)
Redução no caixa e equivalentes de caixa	(616.282)					(616.282)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	1.282.367				-	1.282.367
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	666.085					666.085
Redução no caixa e equivalentes de caixa	(616.282)	-	-	-	-	(616.282)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2015	31/12/2014	01/01/2014
Bancos conta movimento	16	10	7.516
Aplicações financeiras (i)	25.087	666.075	1.274.851
	25.103	666.085	1.282.367

(i) As aplicações financeiras estão substancialmente compostas por:

	31/12/2015	31/12/2014	01/01/2014
Aplicações em fundos exclusivos			
Fundos de Investimentos	86	36.578	120.340
Títulos do governo	-	329.957	610.109
	86	366.535	730.449
Aplicações em Bancos			
Certificado de depósitos bancários - CDB	25.001	299.540	544.402
	25.087	666.075	1.274.851

4. Títulos e valores mobiliários

	31/12/2015	31/12/2014	01/01/2014
Debêntures	-	32.493	12.383
Títulos do governo	174.891	-	-
Aplicações em CDB	-	184.359	-
	174.891	216.852	12.383

O caixa restrito apresentado no ativo não circulante é representado por aplicações financeiras que são vinculadas a empréstimos do junto ao BNDES e Caixa Econômica Federal (R\$77.262), bem como *escrow* para suporte a fianças bancárias (R\$2.557) em 31 de dezembro de 2015.

5. Contas a receber de clientes

_	31/12/2015	31/12/2014	01/01/2014
Clientes terceiros	41.032	38.259	118.125
Clientes partes relacionadas (*)	165.697	69.628	80.272
(-) Provisão de créditos de liquidação duvidosa	(1.364)		(6.369)
	205.365	107.887	192.028

^(*) Em 31 de dezembro de 2015 o saldo a receber com partes relacionadas (substancialmente compreendidos com transações com a ALL - Malha Paulista) tem por natureza aluguel de terminal serviços de fretes ferroviário.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A análise do vencimento das duplicatas a receber de clientes, líquido da provisão de créditos de liquidação duvidosa, são como segue:

	31/12/2015	31/12/2014	01/01/2014
A vencer	44.100	93.642	101.677
Vencidas	77.100	75.042	101.077
Até 30 dias	10.243	7.057	32.031
De 31 a 60 dias	12.277	1.377	24.325
De 61 a 90 dias	11.439	222	10.215
Mais de 90 dias	127.306	5.589	23.780
	205.365	107.887	192.028

A movimentação da provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

Saldo em 01 de janeiro de 2014	(6.369)
Adições	(7.176)
Reversões	13.545
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-
Adições	(1.364)
Reversões	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(1.364)

A política de provisão da Companhia contempla a provisão de saldos vencidos há mais de 90 dias, exceto quando houver evidências objetivas ou garantias re ais sobre os saldos. Para clientes que possuem uma fatura vencida há mais de 90 dias, faturas vencidas há menos tempo ou ainda não vencidas também são consideradas para fins de provisão.

Faturass vencidas acima de 90 dias incluem R\$ 127.345 de saldos com partes relacionadas, para as quais também não são constituídas provisões visto o atraso decorrer da gestão de caixa centralizada do grupo, e não de inadimplência.

6. Transações com partes relacionadas

	Ati	tivo não circulante		Pass	sivo não circula	rculante	
	31/12/2015	31/12/2014	01/01/2014	31/12/2015	31/12/2014	01/01/2014	
ALL Intermodal	480	-	-	-	-	-	
ALL Malha Oeste	12.176	-	-	-	-	-	
ALL Malha Paulista	127.157	116.355	152.158	-	49	708	
ALL Malha Sul	426.255	695	448	9.641	-	182	
ALL S.A.	153.576	475.300	-	-	1	-	
ALL Serviços	15	-	-	-	-	12.004	
Portofer	8.019	32.243	19.878	421	-	=	
Outros	-	-	-	-	9	-	
	727.678	624.593	172.484	10.062	59	12.894	

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Todas as transações com partes relacionadas demonstradas no quadro acima estão relacionadas à recursos financeiros para gestão de caixa da Companhia.

Do total do saldo referente a adiantamentos a fornecedores em 2015, R\$ 581.821 é decorrente de transações com partes relacionadas (substancialmente ALL Malha Paulista) referente a partilha de fretes

O saldo a pagar para fornecedores contempla R\$ 159.144 em 2015 decorrente de transações com partes relacionadas (substancialmente ALL Malha Sul, ALL Malha Paulista e Raízen Combustíveis S.A.) referente a compra de combustíveis e partilha de frete ferroviário.

O saldo de outros ativos contempla R\$ 217.457 em 2015 decorrente de transações com partes relacionadas (substancialmente ALL S.A.) referente a adiantamentos.

7. Debêntures privadas

Em 6 de janeiro de 2015, a Companhia adquiriu uma série de 45.000 debêntures não conversíveis, da espécie subordinada, no valor unitário de R\$ 10, totalizando R\$ 450.000 emitidas pela sua controladora "ALL" como segue:

	Data de		Vencimento	Remuneração	
Série	emissão	Valor	final	anual	31/12/2015
Debêntures privada - ALL Holding	06/01/2015	450.000	02/05/2016	CDI+1,30%	515.600

O saldo de atualização financeira totalizou R\$ 65.600 em 31 de Dezembro de 2015

8. Outros tributos a recuperar

	31/12/2015	31/12/2014 (Reapresentado)	01/01/2014 (Reapresentado)
Créditos federais a compensar PIS/COFINS	56.438	144.249	86.988
ICMS (i)	11.126	13.101	23.043
ICMS CIAP (ii)	20.933	21.911	21.463
Outros	1.018	415	5.579
	89.515	179.676	137.073
Circulante Não circulante	39.495 50.020	143.865 35.811	81.823 55.250

⁽i) Créditos de ICMS referente à aquisição de insumos e diesel utilizados na prestação de serviço de transporte.

⁽ii) Créditos de ICMS oriundos de aquisições de ativo imobilizado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imposto de renda e contribuição social diferidos

a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

	31/12/2015	31/12/2014 (Reapresentado)
Lucro antes dos tributos	193.626	122.067
Alíquota nominal	34%	34%
Impostos à alíquota nominal	(65.833)	(41.503)
Ajustes do imposto por:		
Equivalência patrimonial	2.700	2.929
Efeito de amortização de ágio fiscal	10.079	10.079
Efeito redução alíquota incentivo SUDAM	28.596	37.424
Outras diferenças permanentes	(71)	(2.565)
Despesa de impostos efetiva	(24.529)	6.364
Impostos correntes	(18.573)	(24.553)
Impostos diferidos	(5.956)	30.917

b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

		31/12/2014	01/01/2014
	31/12/2015	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Prejuízos fiscais e bases negativas	129.230	146.354	174.490
Provisão Impairment	47.010	57.120	-
Provisão para demandas judiciais	14.022	4.342	631
Provisão para não realização de impostos	9.872	7.344	3.705
Provisão para participação nos resultados	5.150	-	-
Provisão para créditos de liquidação	464	-	2.165
duvidosa e perdas			
Despesas diferidas	55.754	56.660	63.106
Outras provisões	18.723	28.416	14.989
Outros	21.961	24.751	32.868
Total dos créditos fiscais	302.186	324.987	291.954
(-) Compensação IR Diferido Lei 12.996/2014	_	(384)	-
(-) Créditos não registrados	(47.111)	(63.785)	
-			(61.456)
(=) Creditos líquidos registrados	255.075	260.818	230.498

c) Realização do imposto sobre a renda e contribuição social diferidos

Na avaliação da capacidade de recuperação dos tributos diferidos, a administração considera as projeções do lucro tributável futuro e as movimentações das diferenças temporárias. Não há prazo de validade para uso dos saldos de prejuízos fiscais e bases negativas, porém o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores é limitado a 30% dos lucros anuais tributáveis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresenta a seguinte expectativa de realização de tributos diferidos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias:

	31/12/2015
Dentro de um ano	23.272
Após um ano e menor que cinco anos	29.402
Mais de cinco anos	202.401
Total	255.075

d) Movimentação dos impostos diferidos (líquidos)

	31/12/2015	31/12/2014
		(Reapresentado)
Saldo inicial	260.818	230.498
Receita/(despesa) de imposto		
reconhecida no resultado	(5.956)	30.917
Outros	213	(597)
Saldo final	255.075	260.818

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10. Investimentos

		Coligadas									
			Patrimônio	Resultado	Equiv	Equivalência patrimonial			Valor dos investimentos		
Investimentos	Ativo	Passivo	líquido	do exercício	31/12/2015	31/12/2014	01/01/2014	31/12/2015	31/12/2014	01/01/2014	
Terminal Granéis Guarujá - TGG	256.027	59.016	197.011	39.796	3.980	2.950	2.644	19.701	15.826	12.876	
Portofer	148.037	58.647	89.390	1.738	869	-	-	44.695	43.826	43.826	
Terminal XXXIX	44.499	13.383	31.116	5.691	2.846	521	1.619	15.558	15.680	15.836	
Terminal Marítimo Guarujá - TMG	177.819	152.127	25.692	1.225	245	5.144	794	5.138	6.220	1.076	
					7.940	8.615	5.057	85.092	81.552	73.614	

Movimentação dos investimentos	Participação	31/12/2014	Equivalência patrimonial	Dividendos	Outros	Transferência	31/12/2015
Terminal Granéis Guarujá - TGG	10%	15.826	3.980	_		(105)	19.701
Portofer	50%	43.826	869	-	-	-	44.695
Terminal XXXIX	50%	15.680	2.846	(4.000)	(400)	1.432	15.558
Terminal Marítimo Guarujá - TMG	20%	6.220	245			(1.327)	5.138
		81.552	7.940	(4.000)	(400)	-	85.092

Movimentação dos investimentos	Participação	01/01/2014	Equivalência patrimonial	Ganho/perda de investimento	Dividendos	31/12/2014
Terminal Granéis Guarujá - TGG	10%	12.876	3.279	(329)	-	15.826
Portofer	50%	43.826	-	-	-	43.826
Terminal XXXIX	50%	15.836	2.442	(1.921)	(677)	15.680
Terminal Marítimo Guarujá - TMG	20%	1.076	5.144			6.220
		73.614	10.865	(2.250)	(677)	81.552

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imobilizado

	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Vagões e locomotivas (i) (ii)	Obras em andamento	Via Permanente (i)	Outros ativos	Total
Valor de custo:						_
Em 31 de dezembro de 2014	211.312	1.605.007	43	2.206.722	128.067	4.151.151
Adições	-	281.508	153.283	-	5.522	440.313
Baixas	-	(4.800)	-	-	(5.993)	(10.793)
Transferências	20.800	76.719	(117.427)	51.292	5.467	36.851
Em 31 de dezembro de 2015	232.112	1.958.434	35.899	2.258.014	133.063	4.617.522
Valor de depreciação:						
Em 31 de dezembro de 2014	(41.981)	(559.642)	-	(259.725)	(32.063)	(893.411)
Adições	(12.040)	(126.819)	_	(181.951)	(6.513)	(327.323)
Baixas	· -	304	_	· -	· -	304
Transferências	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2015	(54.021)	(686.157)	-	(441.676)	(38.576)	(1.220.430)
Em 31 de dezembro de 2014	169.331	1.045.365	43	1.946.997	96.004	3.257.740
Em 31 de dezembro de 2015	178.091	1.272.277	35.899	1.816.338	94.487	3.397.092

⁽i) Inclui benfeitorias de bens arrendados;

Análise de perda ao valor recuperável

A Companhia avalia anualmente a existência de fatores externos e internos que possam impactar os valores recuperáveis dos ativos imobilizados e intangíveis, uma vez que não apresenta ágio ou ativos intangíveis de vida útil indefinida. Portanto, ativos imobilizados e ativos intangíveis de vida definida que estão sujeitos a depreciação e amortização são testados para *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 identificamos indicadores externos de *impairment*, como o aumento da taxa básica de juros que levaram a realização de teste de *impairment*. Não foram identificados fatores internos que levassem a um teste uma vez que a Companhia (i) atingiu os resultados operacionais de seu plano de negócios, (ii) não teve mudança no uso dos ativos (ii) não apresentou obsolescência ou dano físico aos seus ativos, e também (iii) não apresentou declínio de desempenho dos ativos.

O valor recuperável foi determinado utilizando fluxos de caixa descontados determinados pela Administração com base nos orçamentos que levam em consideração as premissas relacionadas a cada negócio, utilizando informações disponíveis no mercado, premissas de orçamento e desempenho anteriores.

A Administração entende adequada a utilização de períodos superiores a 5 anos na elaboração dos fluxos de caixa descontados para refletir o tempo estimado de utilização dos ativos durante o prazo da concessão.

⁽ii) Inclui arrendamento mercantil financeiro.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As principais premissas utilizadas foram (i) expectativas do mercado brasileiro de produção de açúcar, soja, farelo e milho, destinados, principalmente, ao volume de exportação, (ii) expectativa em relação aos preços de fretes ferroviários, (iii) disponibilidade de capacidade de transporte e portuária, e (iv) condições macro econômicas.

Todos esses fluxos de caixa futuros foram descontados por taxas entre 8 a 10% após impostos (custo médio ponderado de capital) que refletem riscos específicos relacionados aos ativos relevantes em sua unidade geradora de caixa. Uma variação de 0,5 pontos percentuais na taxa de desconto utilizada gera um impacto de aproximadamente 7% no valor recuperável. O dólar não tem impacto significativo nas projeções e, portanto a flutuação do câmbio não teria efeito significativo no valor recuperável.

O resultado dos testes de *impairment* não indicou nenhuma necessidade de provisão no ano de 2015.

Em 31 de dezembro de 2015 nenhuma despesa por perda de valor recuperável de ativos foi reconhecida. A determinação da capacidade de recuperação dos ativos depende de certas premissas chaves conforme descrito anteriormente que são influenciadas pelas condições de mercados, tecnológicas, econômicas vigentes no momento em que essa recuperação é testada e, dessa forma, não é possível determinar se novas perdas por redução da recuperação ocorrerão no futuro e, caso ocorram, se estas seriam materiais.

Finalmente, não foram identificados em 2015 fatores que pudessem indicar eventual reversão do *impairment* reconhecido em 2014, conforme descrito abaixo.

Impairment de 2014

(i) Perda por redução ao valor recuperável por plano de substituição de locomotivas

Em 2014, a Administração identificou locomotivas que não atendiam certos padrões de eficiência operacional, gerando custos de manutenção, operação e consumo de combustível acima da média, o que ensejou a decisão de substituição dessa frota, para melhorar a produtividade de suas atividades ferroviárias.

Como havia um plano formalizado e houve aprovação por meio do Conselho de Administração durante 2014 para substituição de parte da frota existente, a Companhia registrou provisão para baixa das locomotivas que fazem parte desse plano no montante de R\$ 168.000 com a contrapartida na rubrica de despesa de provisão para *impairment* na demonstração do resultado, uma vez que apesar de ainda serem utilizadas, tais locomotivas serão descontinuadas em um curto espaço de tempo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Encargos financeiros					
Descrição	Indexador (i)	Taxa média anual de juros	31/12/2015	31/12/2014	01/01/2014	Vencimento
Finem (BNDES)	URTJLP	9,31%	771.773	792.942	887.639	2029
Finame (BNDES)	Pré-fixado	2,77%	141.086	157.594	87.999	2024
NCE	112,00% do CDI	15,97%	406.805	399.410	150.873	2019
	109,00% do CDI	15,51%	304.644	304.959	304.046	2018
	URTJLP + 595%	-	-	-	104.726	2015
	Dólar (US)	3,40%	126.669	116.362	-	2016
FCO	Dólar (US)	-	-	3.012	6.954	-
Bancos Comerciais	CDI + 3,50% a.a.	18,13%	205.692	22.005	-	2016
	CDI + 4,91% a.a.	19,74%	195.632	-	-	2019
	CDI + 1,30% a.a.	-	-	-	7.903	2014
			2.152.301	1.796.284	1.550.140	
Debêntures	TJLP + 1,5%	8,58%	2.592	64.271	128.538	2016
Debêntures não conversíveis	108,00% do CDI	15,35%	175.428	172.903	166.881	2018
	Pré-fixado (ii)	10,10%	161.175	162.867	162.757	2020
	% Receita Líquida	-	30.315	64.974	82.441	2016
	CDI + 1,70%	16,08%	151.528	131.218	116.725	2016
			521.038	596.233	657.342	
Total			2.673.339	2.392.517	2.207.482	
Circulante Não circulante			711.622 1.961.717	2.215.492 177.025	294.892 1.912.590	

- (i) TJLP refere-se à Taxa de Juros de Longo Prazo, sendo definida como o custo básico dos financiamentos concedidos pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). SELIC refere-se à taxa *overnight* do Sistema Especial de Liquidação e Custódia. É a taxa média ponderada pelo volume das operações de financiamento por um dia, lastreadas em títulos públicos federais na forma de operações compromissadas. O CDI ou Taxa DI *Over* (CDI *Over*) é obtido ao se calcular a média ponderada de todas as taxas de transações efetuadas na Cetip entre diferentes instituições financeiras. IPCA é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo e tem por objetivo medir a inflação de um conjunto de produtos e serviços.
- (ii) Há contratos de *swap* para essas dívidas e as taxas médias anuais de juros descritas acima já contemplam os efeitos desses instrumentos (ver nota 22).

Todos os empréstimos, financiamentos e debêntures são garantidos por avais da Companhia, nos mesmos montantes e condições do total financiado, inclusive para financiamentos de locomotivas e vagões, nos quais os bens financiados são dados em garantia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Alguns contratos de financiamento com o BNDES, destinados a investimentos, são também garantidos, de acordo com cada contrato, por fiança bancária, com o custo médio de 1,96% a.a. ou por garantias reais (bens) e conta caução. Em 31 de dezembro de 2015 o saldo de fianças bancárias contratado era de R\$ 299.747.

Para cálculo das taxas médias foi considerado, em bases anuais, o CDI médio anual de 14,14% e TJLP de 7.0%.

As parcelas classificada como não circulante, deduzidas as amortizações das despesas com as emissões dos títulos e valores monetários e dívidas estruturadas, apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	31/12/2015
13 a 24 meses	603.964
25 a 36 meses	454.502
37 a 48 meses	209.595
49 a 60 meses	254.017
61 a 72 meses	74.954
73 a 84 meses	54.646
85 a 96 meses	44.559
Acima de 97 meses	265.480
	1.961.717

Os valores contábeis dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia são denominados nessas moedas:

	31/12/2015	31/12/2014	01/01/2014
Reais (R\$)	2.546.670	2.273.143	2.200.528
Dólar (US\$)	126.669	119.374	6.954
Total	2.673.339	2.392.517	2.207.482

Linhas de Crédito não utilizadas

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia tinham disponíveis linhas de créditos de financiamento junto ao BNDES, não utilizadas, no montante total de R\$ 164.500.

Cláusulas Restritivas ("covenants")

A Companhia está sujeita a determinadas cláusulas restritivas existentes na maioria dos contratos de empréstimos e financiamentos, com base em determinados indicadores financeiros e não financeiros. Os indicadores financeiros são analisados no nível da controladora indireta Rumo Logística, e consistem em: (i) dívida líquida bancária consolidada/EBITDA (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização, em português LAJIDA); (ii) EBITDA/resultado financeiro consolidado (são considerados somente juros sobre debêntures, empréstimos/financiamentos e operações de derivativos); (iii) patrimônio líquido/ativo líquido, sendo o item (iii) exclusivo para o BNDES. Exceto para o BNDES, cuja mensuração é anual, é necessária a apuração trimestral na data das demonstrações financeiras, utilizando os resultados consolidados da Rumo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Com a aquisição da Companhia pela Rumo, iniciou-se um processo de discussão com os bancos definindo novos patamares para os *covenants*. Exceto pelo BNDES, cujos novos indicadores de dívida líquida/EBITDA e ICD ainda estão por ser definidos, todos os demais credores já concordaram com um *ratio* de até 5,5x dívida líquida/EBITDA. Se a negociação com o BNDES requerer um *ratio* de alavancagem inferior a este, o *ratio* pactuado será estendido a todos os demais credores com condições de *covenants* equivalentes. Em 31 de dezembro de 2015 os *covenants* financeiros trimestrais estavam atendidos dentro dos novos padrões estabelecidos.

As debêntures possuem cláusulas restritivas, em condições similares àquelas descritas para os empréstimos e também tiveram seu *covenant* de dívida liquida/EBITDA ajustado para 5,5x.

Como o BNDES ainda não definiu quais serão as novas métricas para os *covenants*, a Companhia obteve um *waiver* desta instituição quanto ao cálculo de indicadores em 31 de Dezembro de 2015.

13. Arrendamento mercantil

Arrendamentos financeiros

A Companhia possui contratos de aluguel, principalmente de vagões e locomotivas que, no julgamento da Administração, se enquadram como arrendamento financeiro.

Os saldos das obrigações relativas aos contratos de arrendamentos financeiros são:

Valor presente dos pagamentos

mínimos futuros	31/12/2015	31/12/2014	01/01/2014
Material rodante/terminais	1.172.469	1.010.814	1.080.578
Passivo circulante	229.162	229.476	133.760
Passivo não circulante	943.307	781.338	946.818

Os contratos de arrendamento têm diferentes prazos de vigência, sendo o último com vencimento em junho de 2022. Os valores são atualizados anualmente por índices de inflação (como IGPM e IPCA) ou podem incorrer em juros calculados com base na TJLP ou CDI.

Bens	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Pagamentos mínimos futuros	_			
Material rodante	316.731	829.135	167.449	1.313.315
Terminal	18.299	71.672	120.471	210.442
	335.030	900.807	287.920	1.523.757
Juros na parcela				
Material rodante	(93.852)	(153.601)	(19.997)	(267.450)
Terminal	(12.016)	(40.181)	(31.641)	(83.838)
	(105.868)	(193.782)	(51.638)	(351.288)
	229.162	707.025	236.282	1.172.469

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Arrendamentos operacionais

Pagamentos	mínimos	futuros
Pagamentos	minimos	TULUTOS

Bens	Até 1	De 1 a 5	Acima de 5 anos	Total
Veículos (i)	562	2.114		2.676
	562	2.114		2.676

Os pagamentos das prestações dos arrendamentos mercantis operacionais (aluguéis) são reconhecidos como despesas (nota 20) em base linear correspondente ao prazo de vigência dos seus respectivos contratos.

14. Certificado de recebíveis imobiliários

A Companhia firmou contratos de alugueis de terminais que foram objetos de securitização que resultou em cessão dos direitos destes créditos, cujo saldo é:

			Data			
Terminal	Taxa	Prazo	inicial	31/12/2015	31/12/2014	01/01/2014
Terminal de Alto Araguaia-MT	CDI + 2,6% a.a.	30/11/2018	28/11/2008	229.253	238.858	284.731
Circulante				68.407	238.858	105.214
Não circulante				160.846	-	179.517

Os certificados de recebíveis imobiliários não circulantes apresentam os seguintes vencimentos:

	31/12/2015
13 a 24 meses	85.061
25 a 36 meses	75.785
	160.846

15. Depósitos judiciais e provisão para demandas judiciais

Provisão para demandas judiciais				
31/12/2015	31/12/2014	01/01/2014		
11.654	1.188	950		
25.162	11.581	905		
36.816	12.769	1.855		
D	epósitos Judiciais	S		
	31/12/2014	01/01/2014		
1.502	-	-		
8.742	11.882	10.560		
		10.000		
	31/12/2015 11.654 25.162 36.816 D 31/12/2015 1.502	31/12/2015 31/12/2014 11.654 1.188 25.162 11.581 36.816 12.769 Depósitos Judiciais 31/12/2015 31/12/2014 1.502 -		

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação da provisão das demandas judiciais:

	Trabalhistas	Cíveis, regulatórias e ambientais	Total
Em 01 de janeiro de 2014	905	950	1.855
Provisionados no exercício	20.914	345	21.259
Baixas por reversão / pagamento	(10.238)	(107)	(10.345)
Em 31 de dezembro de 2014	11.581	1.188	12.769
Provisionados no exercício	24.680	11.865	36.545
Baixas por reversão	(2.032)	(336)	(2.368)
Baixas por pagamento	(4.908)	(2.435)	(7.343)
Depósito judicial	(4.425)	-	(4.425)
Atualização monetária	266	1.372	1.638
Em 31 de dezembro de 2015	25.162	11.654	36.816

a) Tributárias

> Processos judiciais considerados como de perda possível e, portanto, não provisionados:

31/12/2015
48.519
8.003
5.043
37.317
33.084
131.966

- (i) ICMS Exportação: Os fiscos estaduais autuaram as Companhia pela não tributação pelo ICMS nas faturas de prestação de serviços de transporte ferroviário de mercadorias destinadas à exportação. Todas as autuações foram contestadas, uma vez que existe posicionamento favorável aos contribuintes consolidado nos tribunais superiores, com base na Constituição Federal e na Lei Complementar 87/1996.
- (ii) <u>Plano de Opção de Compra de Ações:</u> Auto de infração emitido pelo fisco federal relativo ao não recolhimento de contribuição previdenciária sobre planos de opção de compra de ações da Companhia oferecidos a seus empregados, com base no entendimento que eles tinham natureza de remuneração por serviços prestados.
- (iii) <u>IRPJ/CSLL Provisões trabalhistas:</u> Trata-se de auto de infração que exige IRPJ e CSLL relativos ao ano de 2009, sob a alegação de a ALL teria excluído da apuração do lucro real e da base de cálculo ajustada da CSLL provisões trabalhistas. Pelo entendimento do Fisco, as baixas das provisões trabalhistas foram efetuadas pela ALL sem a individualização dos processos (provisões e reversões), o que impactaria na apuração tributária. A probabilidade de perda é possível, considerando que a ocorrência da decadência e que a ALL atendeu todas as regras tributárias referentes à adição e exclusão das provisões na apuração do IRPJ e CSLI.
- (iv) ICMS TAD: trata-se de Mandado de Segurança que visa o cancelamento de 49 Termos de Apreensão e Depósito (TADs) em decorrência do equivocado entendimento do Fisco do Mato Grosso no sentido de que a Companhia deveria ter emitido o Documento Auxiliar do Conhecimento do Transporte Eletrônico (DACTE) para acompanhar os serviços de transporte ferroviário de cargas prestados em maio e junho de 2011 e não o Despacho de Cargas em Lotação (DCL). Os TADs visam à cobrança de ICMS e de multa de 50% sobre o valor das operações autuadas e foram mantidos em sede de processo administrativo fiscal. Por se tratar de cobrança indevida e ilegal, a Companhia aguarda a reversão perante o Poder Judiciário.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

b) Cíveis, regulatórias e ambientais

Processos judiciais considerados prováveis de perdas, portanto provisionados:

	31/12/2015	31/12/2014	01/01/2014
Cíveis (i), regulatórias (ii) e ambientais (iii)	11.654	1.188	950

> Processos judiciais considerados como de perda possível e, portanto, não provisionados:

	31/12/2015
Cíveis (i)	27.776
Regulatórias (ii)	394
Ambientais (iii)	45.855
	74.025

- (i) <u>Cíveis:</u> A Companhia é parte em diversas ações cíveis, tendo como principais pedidos ações indenizatórias em geral, tais como: abalroamento em passagens em níveis, atropelamentos ferroviários, acidente de trânsito, ações possessórias em geral, ações de execução de títulos extrajudiciais, direitos e obrigações contratuais junto a clientes. Para as diversas ações cíveis, a administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, avaliou as circunstâncias e registrou provisões para as perdas prováveis em valores suficientes e adequados, representando, na data do balanço, sua melhor estimativa de desembolso que poderá vir a ser exigido para liquidar as ações.
- (ii) Regulatórias: Referem-se principalmente a multas e discussões junto a ANTT.
- (iii) Ambientais: Tais valores decorrem de autuações feitas pela CETESB (SP), IBAMA e Secretarias Municipais de Meio Ambiente em sua grande maioria, em razão de contaminação de solo e águas pelo derramamento de produtos e descumprimento das condições impostas por determinada licença de operação. Em todos os casos estão sendo adotadas medidas para redução do passivo existente, bem como medidas de reparação e prevenção relativas ao meio ambiente.

c) Trabalhistas

Processos judiciais considerados prováveis de perdas, portanto provisionados:

	31/12/2015	31/12/2014	01/01/2014
Reclamações trabalhistas (i)	25.162	11.581	905

> Processos judiciais considerados como de perda possível e, portanto, não provisionados:

 $\begin{array}{c} \underline{31/12/2015} \\ \text{Reclamações trabalhistas (i)} & \underline{47.916} \end{array}$

(i) A Companhia discute diversas ações de natureza trabalhista, movidas por ex-empregados e empregados de prestadores de serviços, para fazer face àqueles casos cujas perdas são consideradas prováveis. Das ações em andamento, os principais pedidos postulados referem-se a horas extras, adicional noturno, insalubridade e de periculosidade, eventual descumprimento de normas regulamentadoras do MTE, reintegração de emprego, indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente de trabalho e devolução de descontos efetuados em folha de pagamento, tais como contribuição confederativa, contribuição sindical e outros, reconhecimento de jornada de turno ininterrupto, sobreaviso, diferenças salariais e outros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social integralizado da Companhia em 31 de dezembro 2015 é constituído por 765.326.706 ações, sendo 690.816.080 ações ordinárias nominativas, 69.380.885 ações preferenciais nominativas "A" e 5.129.741 ações preferenciais nominativas "B". As ações preferenciais "A" não terão direito a voto e gozarão das seguintes vantagens e preferências:

- Dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias;
- Prioridade na distribuição de dividendos;
- Prioridade no reembolso de capital, em caso de liquidação da Companhia.

Ações preferenciais "B" tem os mesmos direitos das ações "A", exceto pelo dividendos 10% maiores que o das ações ordinárias.

b) Dividendos

Aos acionistas será assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

Lucro líquido do exercício	169.097
Prejuízos acumulados	(19.410)
Ajuste custo atribuído	483
Lucro líquido após compensação de prejuízos	150.170
Reserva Legal (5%)	(7.509)
Reserva incentivos fiscais	(30.538)
Lucro líquido do exercício - Ajustado	112.123
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	28.031

c) Incentivos fiscais - SUDAM

A Companhia obteve através da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM o direito à redução do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas - IRPJ e adicionais não restituíveis apurado sobre o lucro da exploração, por estar localizada na área de abrangência da Amazônia Legal e por ser o setor de transporte considerado empreendimento prioritário para o desenvolvimento regional.

O benefício fiscal compreende redução de 75% sobre o IRPJ e adicionais não restituíveis apurados sobre o lucro de exploração até 2024. O efeito da redução de 75% sobre o IRPJ e adicionais não restituíveis neste exercício calculados até 31 de dezembro de 2015 sobre o lucro da exploração foi de R\$ 30.538, contabilizado como redutor da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

17. Resultado financeiro líquido

	31/12/2015	31/12/2014 (Reapresentado)
Custo da divida bruta		
Juros sobre divida	(265.086)	(217.972)
Variação monetária e cambial sobre divida	(22.612)	(1.485)
Derivativos	(3.314)	2.559
	(291.012)	(216.898)
Rendimento de aplicação financeira	109.017	112.117
Custo da dívida, líquida	(181.995)	(104.781)
Outros encargos e variações monetárias		
Arrendamento mercantil	(97.673)	(137.968)
Despesas bancárias	(10.880)	(6.309)
Outros encargos e variações monetárias	(48.142)	(44.845)
	(156.695)	(189.122)
Total	(338.690)	(293.903)
Despesas financeiras	(430.349)	(410.544)
Receitas financeiras	117.585	115.567
Variação cambial, líquida	(22.612)	(1.485)
Derivativos	(3.314)	2.559
Resultado financeiro líquido	(338.690)	(293.903)

Durante o exercício de 2015, R\$ 70.957 das receitas financeiras são decorrentes de transações com partes relacionadas (controladora) referente a juros sobre debêntures privadas e mútuos.

Durante o exercício de 2015, R\$ 823 das despesas financeiras são decorrentes de transações com partes relacionadas referente a juros sobre mútuo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

18. Lucro por ação

As tabelas a seguir estabelecem o cálculo de lucro por ação, de operações continuadas e descontinuadas (em milhares, exceto valores por ação):

		31/12/2014
	31/12/2015	(Reapresentado)
Resultado básico por ação		
Numerador		
Lucro líquido do período	169.097	128.431
Por ação ordinária	151.263	114.886
Por ação preferencial "A" (incluso remuneração adicional de 10%)	16.711	12.692
Por ação preferencial "B"	1.123	853
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	690.816	690.816
Média ponderada de número de ações preferenciais "A"	69.381	69.381
Média ponderada de número de ações preferenciais "B"	5.130	5.130
Resultado básico e diluído:		
Por ação ordinária	R\$ 0,219	R\$ 0,166
Por ação preferenciais "A"	R\$ 0,241	R\$ 0,183
Por ação preferenciais "B"	R\$ 0,219	R\$ 0,166

Instrumentos antidilutivos

A Companhia emitiu para o BNDES Participações S.A., debêntures conversíveis em ações, remunerada a juros de mercado, no valor de R\$2.592 em 31 de dezembro de 2015, cujo prazo de vencimento é junho de 2016. A conversão, se realizada em 1º de janeiro de 2015, resultaria na emissão de 13.890 novas ações da Companhia.

19. Receita operacional líquida

	31/12/2015	31/12/2014 (Reapresentado)
-	01,12,2010	(Treaps escritudo)
Receita bruta	2.614.694	2.307.013
(-) Deduções (Impostos, descontos e	(138.589)	(272.373)
cancelamentos)		
Receita líquida de serviços	2.476.105	2.034.640
Receita líquida de serviços	2.476.105	2.034.640

Durante o exercício de 2015, R\$ 130.682 das receitas são decorrentes de transações com partes relacionadas (substancialmente compreendidas com transações com a ALL - Malha Paulista) principalmente compostas por aluguel de terminal serviços de fretes ferroviário.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

<u>Partilha Ferroviária entre ALL Malha Norte e ALL Malha Paulista – Resolução 1.773 – ANTT</u> (informação suplementar)

A resolução 1.773 da ANTT, instituiu a utilização obrigatória do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Transporte Ferroviário ("Manual"), que determina que o valor devido para outras concessionárias a título de partilha de frete ferroviário ("Partilha"), passasse a ser classificado como Custo de Bens ou Serviços Vendidos da concessionária que origina o transporte. Demonstramos abaixo a receita líquida da Companhia e da partilha (líquida de impostos) de acordo com os requerimentos do Manual:

		31/12/2014
	31/12/2015	(Reapresentado)
Receita líquida de serviços de transporte	2.476.105	2.034.640
Partilha devida para ALL Malha Paulista	(1.077.487)	(920.113)
	1.398.618	1.114.527

20. Despesas por natureza

O grupo de despesas é demonstrado no resultado por função. A reconciliação do resultado por natureza/finalidade está detalhada como segue:

a) Despesas por natureza:

	21/12/2015	31/12/2014	01/01/2014
	31/12/2015	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Material de uso na prestação serviço	(42.090)	(19.216)	(13.313)
Mão de obra contratada	(44.910)	(46.274)	(44.385)
Despesas com pessoal	(86.557)	(52.786)	(64.939)
Despesas com transporte	(1.318.837)	(1.052.344)	(860.378)
Depreciação e amortização	(328.108)	(190.731)	(145.367)
Provisão para impairment	-	(168.000)	-
Arrendamento mercantil operacional	(1.512)	(10.539)	(1.273)
Outras despesas	(78.737)	(108.243)	(81.614)
	(1.900.751)	(1.648.133)	(1.211.269)
b) Classificados como:			
Custo dos serviços prestados	(1.881.981)	(1.465.333)	(1.194.186)
Gerais, comercias e administrativas	(18.770)	(14.800)	(17.083)
Provisão para impairment		(168.000)	<u> </u>
	(1.900.751)	(1.648.133)	(1.211.269)

Durante o exercício de 2015, R\$ 1.271.762 das despesas são decorrentes de transações com partes relacionadas (substancialmente compreendidas por transações com a ALL Malha Paulista) principalmente relacionadas a partilha de frete ferroviário.

21. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

		31/12/2014
	31/12/2015	(Reapresentado)
Resultado na venda estoques e inservíveis	4.721	20.806
Resultado na venda de imobilizado	(2.531)	-
Taxas /impostos	(7.783)	(1.784)
Provisão para demandas judiciais	(31.709)	-
Outras	(13.676)	1.826
Total	(50.978)	20.848

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

22. Instrumentos financeiros

Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- (a) Risco de crédito;
- (b) Risco de liquidez; e
- (c) Risco de mercado

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia, a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco.

Os valores contábeis e a separação por categoria dos ativos e passivos financeiros são como segue:

	31/12/2015	31/12/2014	01/01/2014
		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Ativos			
Ativos financeiros disponíveis para venda			
Títulos e valores mobiliários	174.891	216.852	12.383
Caixa e equivalentes de caixa (Fundos exclusivos)	86	366.535	730.449
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	1.945
	174.977	583.387	744.777
Empréstimos e recebíveis			
Caixa e equivalentes de caixa	25.017	299.550	551.918
Contas a receber de clientes	205.365	107.887	192.028
Recebíveis de partes relacionadas	727.678	624.593	172.484
Debêntures privadas	515.600	-	-
Caixa restrito	79.819	2.349	166.294
	1.553.479	1.034.379	1.082.724
Total	1.728,456	1.617.766	1.827.501
Total	1./20.450	1.017.700	1.027.501
Passivos			
Passivo pelo custo amortizado			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2.673.339	2.392.517	2.207.482
Arrendamento mercantil	1.172.469	1.010.814	1.080.578
Certificado de recebíveis imobiliários	229.253	238.858	284.731
Fornecedores	189.212	134.446	219.456
Outros passivos financeiros	21.161	-	-
Pagáveis a partes relacionadas	10.062	59	12.894
Dividendos a pagar	2.465	22.642	51.442
Parcelamento de debitos - REFIS	2.972	3.152	4.219
	4.300.933	3.802.488	3.860.802
Valor justo por meio do resultado			
Instrumentos financeiros derivativos	20.281	22.942	27.897
Total	4.321.214	3.825.430	3.888.699

Durante o exercício, não houve reclassificação entre as categorias apresentadas acima.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem a responsabilidade sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. O Conselho de Administração acompanha o Gerenciamento de Risco através de reportes da Alta Administração da Companhia, que é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco são revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Administração através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca manter um ambiente de disciplina e controle no quais todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria da controladora supervisiona a forma como a Administração monitora a aderência às políticas e procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos qual a Companhia está exposta. O Comitê de Auditoria é suportado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nas políticas e procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado destes procedimentos é reportado para o Comitê de Auditoria.

Todas as atividades com derivativos para fins de gestão de risco são realizadas por equipes especializadas com as habilidades, experiência e supervisões apropriadas. É política da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise da exposição ao risco que a administração pretende cobrir.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os valores justos relacionados às transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos para proteger a exposição ao risco da Companhia estavam utilizando dados observáveis, como preços cotados em mercados ativos ou fluxos descontados com base em curvas de mercado e estão apresentados a seguir:

	<u>Nocional</u>			Valor justo			
	31/12/2015	31/12/2014	01/01/2014	31/12/2015	31/12/2014	01/04/2014	
Contratos de <i>Swap</i> (juros) Contratos de <i>Swap</i> (juros e câmbio)	160.000 124.714	160.000	160.000	(42.331) 22.050	(22.942)	(27.897)	
	284.714	160.000	160.000	(20.281)	(22.942)	(27.897)	

(a) Risco de crédito

		31/12/2014	01/01/2014
	31/12/2015	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa (ii)	25.103	666.085	1.282.367
Títulos e valores mobiliários (ii)	174.891	216.852	12.383
Caixa restrito (ii)	79.819	2.349	166.294
Contas a receber de clientes (i)	205.365	107.887	192.028
	485.178	993.173	1.653.072

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(i) O risco de crédito do cliente é administrado de forma centralizada, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um procedimento interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência.

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data de reporte em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável é avaliada coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

A exposição máxima ao risco de crédito na data-base é o valor registrado de cada classe de ativos financeiros.

(ii) O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política por estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é o valor registrado, como demonstrado na nota 12, com exceção das garantias financeiras e instrumentos financeiros derivativos. A exposição máxima em relação a garantias financeiras e instrumentos financeiros derivativos no quadro de liquidez abaixo.

O risco de crédito sobre caixa e equivalente de caixa, títulos e valores mobiliários é determinado por instrumentos de *rating* amplamente aceitos pelo mercado e estão dispostos como segue:

	31/12/2015
AAA	45.036
AA+	57.251
AA	2.617
BB+	174.909
Em 31 de dezembro de 2015	279.813

(b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia encontre dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja um nível de liquidez suficiente para cumprir com as obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Os passivos financeiros não derivativos da Companhia classificados por data de vencimento (com base nos fluxos de caixa não descontados contratados) são os seguintes:

	31/12/2015						
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total		
Arrendamento Mercantil	(335.031)	(318.476)	(582.331)	(223.130)	(1.458.968)		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(976.828)	(654.819)	(1.182.342)	(581.723)	(3.395.712)		
Certificado de recebíveis imobiliários	(108.902)	(108.902)	(99.827)	-	(317.631)		
Instrumentos financeiros derivativos	12.250	(19.323)	(13.208)	-	(20.281)		
Fornecedores	(189.212)	-	-	-	(189.212)		
Outros passivos financeiros (i)	(21.161)	-	-	-	(21.161)		
Parcelamento de debitos - REFIS	(610)	(361)	(1.234)	(1.664)	(3.869)		
Dividendos a pagar	(2.465)	-	-	-	(2.465)		
Pagáveis a partes relacionadas	-	(10.062)	-	-	(10.062)		
Total	(1.621.959)	(1.111.943)	(1.878.942)	(806.517)	(5.419.361)		

(i) A Companhia possui acordo com instituições financeiras que possibilitam a alguns de seus fornecedores a antecipação de seus recebíveis para com a Companhia. Tais operações são usualmente denominadas pelo mercado como "confirming", "forfaiting" ou "risco sacado" e são consideradas instrumentos financeiros. Em 31 de dezembro de 2015 o saldo antecipado por nossos fornecedores junto a instituições financeiras era de R\$ 21.161 (R\$0 em 2014). Todas essas operações tiveram o Banco Itaú como contraparte, a uma taxa média de 15,96% a.a. O prazo médio dessas operações, que são registradas a valor presente pela taxa anteriormente mencionada, é de 3 meses.

(c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado – tais como as taxas de câmbio e taxas de juros – irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo aperfeiçoar o retorno.

A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela política de gestão de riscos.

I. Risco cambial

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Companhia apresentava a seguinte exposição líquida à variação cambial em ativos e passivos denominados em Dólares americanos (US\$):

	31/12/2015
Adiantamentos à fornecedores	20
Fornecedores	(199)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(126.669)
Instrumentos financeiros derivativos (Notional)	124.714
Exposição cambial, líquida.	(2.134)

Análise de sensibilidade sobre as mudanças nas taxas de câmbio

O cenário provável foi definido com base nas taxas de mercado Dólar EUA em 31 de dezembro de 2015. Cenários estressados (efeitos positivos e negativos, antes dos impostos) foram definidos com base em impactos adversos de 25% e de 50% nas taxas de câmbio Dólar EUA usados no cenário provável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Com base nos instrumentos financeiros denominados em dólares norte-americanos, levantados em 31 de dezembro de 2015, a Companhia realizou uma análise de sensibilidade com aumento e diminuição das taxas de câmbio (R\$/US\$) de 25% e 50%. O cenário provável considera as taxas de câmbio a vista em 31 de dezembro de 2015, como segue:

Análise	de	sensibilidade	das	taxas	de	câmbio	(RS	S/US\$	(
Allalist	uc	Schsibiliuauc	uas	taxas '	uc	Callibio		P/ U.D.4	

	31/12/2015					Cenários
	31/12/2013	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Em 31 de dezembro de 2015	3,9048	3,9048	4,8810	5,8572	2,9286	1,9524

Considerando o cenário acima, os ganhos e perdas seriam afetados da seguinte forma:

31/12/2015

31/12/2015						
Exposição taxa de câmbio	Fator de Risco	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Adiantamentos à fornecedores	Queda na taxa de câmbio R\$/US\$	20	5	10	(5)	(10)
Fornecedores	Aumento na taxa de câmbio R\$/US\$	(199)	(50)	(100)	50	100
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Aumento na taxa de câmbio R\$/US\$	(126.669)	(31.667)	(63.335)	31.667	63.335
Instrumentos financeiros derivativos (Notional)	Queda na taxa de câmbio R\$/US\$	124.714	31.179	62.357	(31.179)	(62.357)
Impacto no resultado do exercício			(533)	(1.068)	533	1.068

II. Risco de taxa de juros

A Companhia monitora as flutuações das taxas de juros variáveis atreladas a algumas dívidas, e utiliza-se de instrumentos derivativos com o objetivo de minimizar estes riscos.

Análise de sensibilidade sobre as mudanças nas taxas de juros:

A análise de sensibilidade sobre as taxas de juros dos empréstimos e financiamentos (CDI e TJLP) e na remuneração pelo CDI das aplicações financeiras com aumento e redução de 25% e 50% está apresentada a seguir:

	31/12/2015						
Exposição taxa de juros	Provável (i)	25%	50%	-25%	-50%		
Caixa e equivalentes de caixa	14.834	3.708	7.417	(3.708)	(7.417)		
Títulos e valores mobiliários	24.730	6.182	12.365	(6.182)	(12.365)		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	72.906	18.226	36.453	(18.226)	(36.453)		
Debêntures privadas	(238.483)	(59.621)	(119.241)	59.621	119.241		
Derivativos de taxa de juros	(20.281)	(5.070)	(10.141)	5.070	10.141		
Certificado de recebíveis imobiliários	(32.416)	(8.104)	(16.208)	8.104	16.208		
Arrendamento mercantil	(165.787)	(41.447)	(82.894)	41.447	82.894		
Impacto no resultado do exercício		(86.126)	(172.249)	86.126	172.249		

(i) Os índices de CDI e TJLP considerados no cenário provável: 14,14% a.a. e 7% a.a., respectivamente, foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo dos ativos e passivos financeiros representa o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- Os valores de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a
 fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em
 grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- O valor justo de instrumentos não negociáveis, de empréstimos bancários e outras dívidas financeiras, de obrigações sob arrendamento mercantil financeiro, assim como de outros passivos financeiros não circulantes, é estimado por meio dos fluxos de caixa futuro descontado utilizando taxas atualmente disponíveis para dívidas ou prazos semelhantes e remanescentes.
- O valor justo se aproxima substancialmente dos valores registrados devido ao fato de que esses instrumentos financeiros estão sujeitos a taxas de juros variáveis e não houve alteração substancial no risco de crédito da Companhia, veja detalhes na nota 12.

A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos junto a diversas contrapartes, sobretudo instituições financeiras com classificações de crédito de grau de investimento. Os derivativos são mensurados avaliados utilizando técnicas de avaliação com dados observáveis no mercado referemse, principalmente, a *swaps* de taxas de juros e contratos cambiais a termo.

As técnicas de avaliação aplicadas com maior frequência incluem modelos de precificação de contratos a termo e *swaps*, com cálculos a valor presente. Os modelos consideram diversos dados, inclusive a qualidade de crédito das contrapartes, as taxas de câmbio à vista e a termo, curvas das taxas de juros.

O passivo financeiro de R\$ 20.281 está mensurado a valor justo de acordo com o Nível 2, sem nenhuma mensuração no nível 3. Demais instrumentos financeiros da Companhia estão mensurados ao custo amortizado que se aproxima dos valores justos na data do balanço.

Gestão de capital

A política da administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança dos investidores, credores e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital adequado a cada um de seus negócios, onde a Companhia define como sendo o resultado de atividades operacionais dividido pelo patrimônio líquido total.

* * *

RUMO LOGÍSTICA OPERADORA MULTIMODAL S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Rumo Logística Operadora Multimodal S.A. ("Rumo" ou "Companhia") submete à apreciação de seus acionistas, o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015, preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), que são praticamente idênticas às práticas contábeis internacionais (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB. A Companhia também disponibiliza uma versão detalhada das Demonstrações Financeiras e seu relatório de resultados no site: http://ri.rumoall.com

APRESENTAÇÃO

A empresa resultante da fusão entre a Rumo e a América Latina Logística S.A. - ALL, concluída em 2015, é atualmente a maior operadora logística com base ferroviária independente da América Latina, oferecendo uma grande variedade de serviços logísticos, incluindo transporte ferroviário nacional, distribuição, transporte customizado de contêineres, elevação portuária e serviços de armazenagem. Nossa principal área de atuação se estende sobre os Estados de Mato Grosso e São Paulo e os estados região sul do Brasil. Nossa rede ferroviária abrange uma área responsável por aproximadamente 80% do PIB do Brasil, onde quatro dos portos mais ativos do país estão localizados e através do qual a maior parte da produção de grãos do Brasil é exportada. A Rumo é composta por três principais unidades de negócios: (i) Operações Norte, (ii) Operações Sul e (iii) Operação de Contêineres.

Possuímos e operamos uma grande base de ativos, incluindo uma rede ferroviária que consiste em 4 concessões ferroviárias que se estendem por cerca de 12 mil quilômetros de linhas ferroviárias, aproximadamente 1.000 locomotivas e 25.000 vagões, centros de distribuição e instalações de armazenagem. Além disso, imóveis arrendados a nós nos termos de nossas concessões incluem propriedades que estão disponíveis para a construção e desenvolvimento de armazéns e terminais logísticos no Brasil. Armazenamos grãos, açúcar e outras commodities agrícolas em nossos terminais no porto de Santos-SP, Paranaguá-PR e em outras localidades em muitos estados.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O ano de 2015 foi um ano de desafios e muitas mudanças na Rumo. De forma geral, atingimos todas as metas coletivas graças as performances das nossas unidades de negocio e os esforços de todos os colaboradores. Estamos atentos as oportunidades de agir com austeridade e controle, atentos à segurança, ao cumprimento da nossa jornada de trabalho sem faltas, e de realizar o que é esperado de todos nós para somar ao esforço de todos.

Fizemos investimentos importantes ao longo de 2015 que já se refletiram em resultados como o crescimento de nosso volume, receita e EBITDA. As principais ações foram relativas a (i) aquisições de material rodante; (ii) reforma de vagões e locomotivas; (iii) melhoria da via permanente; e (iv) iniciativas nos terminais e portos. Estas melhorias e investimentos vêm contribuindo para um melhor desempenho de nossas operações.

Realizar e entregar serão os verbos de 2016. O caminho para enfrentar esta adversidade é o da seriedade, disciplina, atuação sustentável, do cumprimento dos compromissos assumidos, da qualidade do trabalho e da segurança.

MERCADO E CONDIÇÕES MACROECONÔMICAS

Em outubro de 2015 a CONAB concluiu sua análise para a produção total de grãos no Brasil na safra 2014/15, a qual atingiu 210 milhões de toneladas, batendo novo recorde. Foram registrados crescimentos de 11,8% e 8,4% nas safras de soja e milho, respectivamente, em relação à safra 2013/14. Os principais fatores para esta melhor performance foram os ganhos de produtividade e aumento de área de cultivo em quase todos os estados produtores, principalmente no Centro-Oeste e no Paraná. Nesse contexto, nosso negócio se beneficiou de forma relevante uma vez que 80% dos nossos volumes transportados são oriundos de produtos agrícolas destinados à exportação.

As exportações brasileiras de grãos em 2015 registraram recorde na série histórica da balança comercial do agronegócio, iniciada em 1997, de acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Comércio Exterior (Mapa)

Em 2015 o volume exportado de soja em grãos cresceu 19% em relação a 2014 e chegou a 54,3 milhões de toneladas, maior quantidade registrada na história. Os demais recordistas foram o farelo de soja com 14,8 milhões de toneladas vendidas para o exterior (aumento de 8%) e o milho, que alcançou 28,9 milhões de toneladas (crescimento de 40%) A safrinha recorde de milho, somada a boa precificação para o milho brasileiro, estendeu o volume destinado a exportação para o quarto trimestre. Além disso, houve safra recorde de soja no primeiro semestre de 2015 gerando estoques a serem escoados em outubro nos portos da Região Sul do país.

Nos produtos industriais vimos uma queda dos volumes transportados devido a questões relacionadas a retração econômica causada pela crise. Os principais segmentos impactados foram os da construção civil, siderurgia e mineração.

O ano de 2016 tende a seguir o ritmo forte das exportações de grãos no último trimestre de 2015. A desvalorização do Real tornou o produto brasileiro mais competitivo e vem favorecendo a realização também de contratos referentes ao grão a ser colhido em 2016. Com isso, os preços domésticos podem seguir sustentados neste novo ano de acordo com o Cepea.

Apesar de seu cenário econômico, a China aumentará sua importação de soja em 2016, uma vez que a produção de farelo de soja no país aumentará consideravelmente, pois há uma maior demanda das fábricas de ração (maior consumidor de farelo de soja) que aproveitando a oferta barata no exterior para suprir quase toda a demanda de proteínas para ração animal do país (Reuters).

O mercado global de açúcar começou a ficar mais apertado, com um déficit global amplamente esperado para a temporada 2015/16 depois de quatro anos consecutivos em que a oferta superou a demanda, o que contribui para o aumento no preço para exportação da commodity brasileira, a qual terá um percentual maior de cana destinada a produção de açúcar e menor para o etanol (Reuters)

DESTAQUES DE 2015

Resultado Consolidado

Os números abaixo refletem os resultados da Rumo em bases (i) Pro Forma para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e (ii) Combinado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, de modo a permitir a comparabilidade uma vez que a aquisição da ALL se deu em 1º de abril de 2015.

As demonstrações dos resultados históricas de 2015 e 2014 não são necessariamente comparáveis em função da aquisição acima mencionada, e são apresentados em seguida às informações Pro Forma.

Informações históricas:

Indicadores Financeiros	2015	2014	Vor 9/	
(Valores em R\$ MM)	2015	2014	Var. %	
Receita Líquida	4.037,9	915,4	341,1%	
Transporte	3.572,5	671,6	431,9%	
Elevação	239,1	220,5	8,4%	
Outros	226,3	23,3	871,3%	
EBITDA Total	1.668,0	303,9	448,8%	
Margem EBITDA (%)	41,3%	33,2%	8,1 p.p	
Lucro Líquido (Prejuízo)	(165,3)	114,7	-244,2%	
Margem Líquida (%)	-4,1%	12,5%	-16,6 p.p.	

Informações Proforma:

Indicadores Operacionais	2015	2014	Vor 9/
(Valores em R\$ MM)	Proforma	Combinado	Var. %
Volume Transportado Total (TKU milhões)	44.910	42.959	4,5%
Produtos Agrícolas	35.999	32.722	10,0%
Produtos Industriais	8.911	10.237	-13,0%
Tarifa Média Transporte (R\$/TKU x 1000)	83,4	75,2	11,0%
Volume Elevado Total (TU mil)	11.682	11.118	5,1%
Tarifa Média Elevação (R\$/TU)	20,5	19,8	3,2%
Indicadores Financeiros	2015	2014	
maioadores i manochos	2010	2017	Var %
(Valores em R\$ MM)	Proforma	Combinado	Var. %
			Var. % 13,9%
(Valores em R\$ MM)	Proforma	Combinado	
(Valores em R\$ MM) Receita Operacional Líquida	Proforma 4.802,5	Combinado 4.217,3	13,9%
(Valores em R\$ MM) Receita Operacional Líquida Transporte	Proforma 4.802,5 3.747	Combinado 4.217,3 3.230	13,9% 16,0%
(Valores em R\$ MM) Receita Operacional Líquida Transporte Elevação	Proforma 4.802,5 3.747 239,1	Combinado 4.217,3 3.230 220,5	13,9% 16,0% 8,4%
(Valores em R\$ MM) Receita Operacional Líquida Transporte Elevação Outros	Proforma 4.802,5 3.747 239,1 816,0	Combinado 4.217,3 3.230 220,5 766,9	13,9% 16,0% 8,4% 6,4%
(Valores em R\$ MM) Receita Operacional Líquida Transporte Elevação Outros EBITDA Total	Proforma 4.802,5 3.747 239,1 816,0 1.918,0	Combinado 4.217,3 3.230 220,5 766,9 1.493,4	13,9% 16,0% 8,4% 6,4% 28,4%

O volume total transportado em 2015 apresentou crescimento de 4,5% totalizando 44,9 bilhões de TKU em função do forte volume de produtos agrícolas movimentado. A tarifa média de transporte teve crescimento de 11,0% atingindo R\$ 83,4 / mil TKU. O volume elevado no porto foi de 11,7 milhões de toneladas, 5,1% superior a 2014.

A receita líquida consolidada atingiu R\$ 4,8 bilhões, 13,9% superior ao reportado em 2014 e o EBITDA foi de R\$ 1,9 bilhão representando um crescimento de 28,4% em relação a 2014. Em 2015 o resultado consolidado foi um prejuízo de R\$ 457,9 milhões.

Unidades de Negócio

As unidades de negócio estão assim organizadas:

Operações Norte - Malha Norte, Malha Paulista e Operação Portuária em Santos

Operações Sul - Malha Oeste e Malha Sul

Operações de Contêineres - Operações de contêineres incluindo a Brado Logística

Resultado por Unidade de Negócio 2015 Proforma	Operações Norte	Operações Sul	Operações de Contêineres	Consolidado
Receita Líquida	3.374,4	1.117,4	310,7	4.802,5
Custo de Produtos e Serviços	(1.979,7)	(1.042,5)	(375,7)	(3.398,0)
Lucro Bruto	1.394,6	74,8	(65,0)	1.404,5
Margem Bruta (%)	41,3%	6,7%	-20,9%	29,2%
Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas	(242,4)	(63,8)	(54,5)	(360,7)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais e Eq. Patrimoniais	37,7	(1,5)	6,0	42,2
Depreciação e Amortização	532,3	238,8	60,9	832,0
EBITDA	1.722,3	248,3	(52,6)	1.918,0
Margem EBITDA (%)	51,0%	22,2%	-16,9%	39,9%

Operações Norte

O volume total transportado nas Operações Norte em 2015 cresceu 11,8%, atingindo 28,7 bilhões de TKU. O aumento no volume transportado deve-se principalmente ao forte movimentação de produtos agrícolas. Além disso, o volume de elevação portuária foi de 11,7 milhões de toneladas, 5,1% superior a 2014 devido principalmente aos volumes de açúcar que foram complementados pelo volume de grãos anteriormente não operados pela Rumo.

A receita líquida das Operações Norte atingiu R\$ 3,4 bilhões em 2015, 19,2% acima do ano anterior, devido ao crescimento de volume descrito acima bem como o crescimento de 10,5% na tarifa média que foi de R\$ 91,7 / mil TKU. O EBITDA cresceu 42,7% nas Operações Norte totalizando R\$ 1,7 bilhão.

Operações Sul

As Operações Sul apresentaram queda de 6,9% no volume total transportado que atingiu 14,1 bilhões de TKU. A redução no volume transportado deve-se principalmente a pior performance do segmento industrial parcialmente compensado pelo crescimento no segmento de produtos agrícolas.

A receita líquida das Operações Sul totalizou R\$ 1,1 bilhão em 2015, 1,5% superior a 2014, devido ao crescimento de 9,1% na tarifa média que foi de R\$ 79,4 / mil TKU. O EBITDA teve queda de 15,9% nas Operações Sul totalizando R\$ 248,3 milhões.

Operações de Contêineres

O volume total transportado nas Operações de Contêineres em 2015 teve crescimento de 1,0%, atingindo 77,7 milhões de contêineres movimentados e a tarifa média foi de R\$ 4,0/ mil contêineres, 7,9% superior a 2014.

A receita líquida das Operações de Contêineres foi de R\$ 310,7 milhões em 2015, representando um crescimento de 9,0% em relação a 2014, devido ao crescimento da tarifa média praticada. O EBITDA foi negativo em R\$ 54,6 milhões em função de maiores custos e despesas gerais e administrativas.

INVESTIMENTOS

Em 2015, o investimento total da Rumo foi de R\$ 1,95 bilhão. Os investimentos recorrentes representam manutenção de material rodante, via permanente e tecnologia operacional, cujos benefícios previstos sejam superiores a 12 meses. Já os investimentos em expansão se concentraram na (i) compra de 43 locomotivas, (ii) aquisição de 732 vagões graneleiros e (iii) compra de trilhos e dormentes de aço.

ENDIVIDAMENTO

Endividamento Total	4T15	3T15	Var. %
(Valores em R\$ MM)			
Bancos Comerciais	937,4	821,7	14,1%
NCE	838,1	864,4	-3,0%
BNDES	3.882,5	3.690,4	5,2%
Debêntures	2.927,2	2.935,2	-0,3%
Endividamento Total	8.585,2	8.311,7	3,3%
Caixa e Equivalentes de Caixa e Títulos e Valores Mobiliários 1	(658,5)	(948,7)	-30,6%
Instrumentos Derivativos Líquidos	(98,1)	(68,7)	42,8%
Dívida Líquida	7.828,6	7.294,3	7,3%
Alavancagem (Dívida Líquida/EBITDA ICVM 527)	4,08x	4,85x	

O endividamento bancário bruto total ao final do 4T15 foi de R\$ 8,6 bilhões, 3,3% superior ao 3T15 e equivalente a uma alavancagem de 4,05x, considerando o EBITDA de R\$ 1.9 bilhão dos últimos 12 meses.

A elevação no saldo da dívida líquida deve-se a captações líquidas no trimestre bem como o provisionamento de juros e pagamentos ocorridos. Todas as dívidas denominadas em moeda estrangeira da Rumo encontram-se protegidas contra variações da taxa de câmbio.

A Rumo possui covenants na maioria dos contratos de empréstimos e financiamentos, com base em determinados indicadores financeiros e não financeiros. Os indicadores financeiros consistem em (i) dívida líquida bancária consolidada/EBITDA, (ii) EBITDA/resultado financeiro consolidado (são considerados somente juros sobre debêntures, empréstimos/financiamentos e operações de hedge) e (iii) patrimônio líquido/ativo líquido, sendo o item (iii) exclusivo para o BNDES. Exceto para o BNDES, cuja mensuração é anual, é necessária a apuração trimestral na data das demonstrações financeiras, utilizando os resultados consolidados.

Conforme já mencionado no relatório de resultados da ALL de dezembro de 2014, os covenants de dívida líquida/EBITDA foram renegociados para o patamar de 5,5x com todos os credores, exceto o BNDES que, até o momento, apenas concedeu anuência para o descumprimento de covenants em 31/12/2014 e 2015. Estamos discutindo com o BNDES os novos patamares de covenants.

PROPOSTA DE RENTENÇÃO DE LUCROS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresentou prejuízo que foi parcialmente absorvido pelas reservas de lucros existentes nesta mesma data.

COMPROMISSO COM A SUSTENTABILIDADE

Em 2015 mais de 615 mil pessoas foram beneficiadas com ações de Responsabilidade Socioambiental. Realizamos ações como o Vivendo o Rugby, Santos Formando Campeões, Patrulha Financeira, início da construção do Biobanco para o Hospital Pequeno Príncipe, em Curitiba, e construção do Anfiteatro de Itirapina, dentre outros 49 projetos. As Campanhas de Segurança que realizamos beneficiaram 250 mil pessoas diretamente, entre elas destaca-se o programa Café com Segurança, destinado aos caminhoneiros que atuam no Terminal de Rondonópolis e nos portos de Santos, Rio Grande, São Francisco e Paranaguá.

Responsabilidade social, para nós, é a forma de gestão ética e transparente dos nossos negócios e atividades e das nossas relações com todos os públicos de interesse. Para isto, desenvolvemos ações de promoção dos direitos humanos e da cidadania.

Respeitamos a diversidade humana e cultural e repudiamos a discriminação, o trabalho degradante e o trabalho infantil e escravo. Buscamos contribuir para o desenvolvimento sustentável e para a redução da desigualdade social. Acreditamos que com nossas ações estamos contribuindo para a construção de um mundo melhor e mais fraterno.

Nosso modelo de gestão considera o longo prazo nas decisões do presente. E nossa visão de futuro é criar valor para o desenvolvimento e ser protagonista em estratégias que transformem realidades e se perpetuem ao longo do tempo. Por isto, incentivamos iniciativas que buscam movimentar e transformar a sociedade.

RECURSOS HUMANOS

Em 31 de dezembro de 2015, contávamos com 9.096 empregados em regime CLT.

A Companhia mantém relacionamento com Sindicatos de Trabalhadores que representam seus empregados, sendo que aproximadamente 24% destes empregados são sindicalizados. Os acordos e convenções coletivas das quais fazemos parte ou negociamos diretamente geralmente têm duração de 12 meses. A Companhia preza pelo cumprimento da legislação trabalhista aplicável, além de cumprir rigorosamente todas as condições acordadas nos instrumentos coletivos celebrados com os sindicatos, aplicando-as igualmente aos empregados sindicalizados e não sindicalizados.

Oferecemos aos nossos empregados, incluindo nossos executivos, pacote de benefícios que incluem refeições balanceadas, assistência médica, hospitalar e odontológica, cesta alimentar ou vale-alimentação, seguro de vida em grupo, bolsa de estudos, dentre outros, aplicáveis aos seus diferentes públicos internos. Todos os nossos empregados fazem jus aos programas de participação nos resultados, customizados por área de atuação e desenvolvidos de acordo com a legislação aplicável, com a participação de comissões de trabalhadores e representantes dos sindicatos profissionais, cuja remuneração é baseada no atingimento de metas e desempenho operacional. Os membros do nosso Conselho de Administração não têm direito a esses benefícios.

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

A Rumo é uma sociedade anônima de capital aberto. Em 31 de dezembro de 2015 o capital social estava representado por 299.015.898 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A Rumo passou a ter ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA) sob o *ticker* RUMO3 em abril de 2015, listada no Novo Mercado, o mais alto nível de governança. A Rumo é a maior operadora logística com base ferroviária independente da América Latina, oferecendo uma grande variedade de serviços logísticos, incluindo transporte ferroviário nacional, distribuição, transporte customizado de contêineres, elevação portuária e serviços de armazenagem. A Rumo é composta por três principais unidades de negócios: (i) Operações Norte, (ii) Operações Sul e (iii) Operação de Contêineres.

O relacionamento da Rumo com a comunidade financeira e com os investidores é pautado pela divulgação de informações com transparência e caracterizado pelo respeito aos princípios dos mais altos níveis de governança, legais e éticos. A área de Relações com Investidores faz contatos com investidores e analistas de mercado, promovendo eventos para a divulgação de informações relativas ao desempenho da Rumo. Além disso, mantém um site de relações com investidores com informações sempre atualizadas, específicas, segmentadas e direcionadas para públicos distintos.

CONCLUSAO DA FUSÃO RUMO E ALL

Em 23 de março de 2015, foram realizadas Reuniões do Conselho de Administração da Rumo e ALL, que entre outras matérias ratificou que todas as condições precedentes necessárias a aprovação da fusão das Companhias foram atendidas incluindo dentre outras a (i) aprovação do Conselho de Administração de Defesa Econômica (CADE), (ii) da Agencia Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e (iii) da Agencia Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ).

Portanto, nos termos do Protocolo, todas as condições precedentes necessárias para a Incorporação de Ações foram obtidas e todas as providências prévias foram tomadas, de modo que, a partir de 1º de abril de 2015, as ações de emissão da Rumo (BM&FBovespa: RUMO3), já refletindo os efeitos da incorporação de ações, passaram a ser negociadas na BM&FBOVESPA. Em decorrência deste processo as ações de emissão da ALL (BM&FBovespa: ALLL3) deixaram de ser negociadas na BM&FBOVESPA em 31 de março de 2015.

Além disso, conforme previsto no Protocolo e Justificação de Incorporação das Ações de Emissão da ALL pela Rumo, as Companhias aprovaram o ajuste da relação de substituição de ações da ALL por ações da Rumo, em função dos dividendos distribuídos tanto por parte de Rumo como por parte da ALL a partir da assinatura do Protocolo, a qual passou a ser de 2,879303067 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Rumo para cada 1 ação ordinária, nominativa, escritural e sem valor nominal de emissão da ALL.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES EXTERNOS

A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam sua independência. Esses princípios consistem, de acordo com os padrões internacionalmente aceitos, em que: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gestão no seu cliente, e (c) o auditor não deve representar legalmente os interesses de seus clientes.

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a soma dos outros serviços contratados junto aos nossos auditores independentes, KPMG Auditores Independentes e suas partes relacionadas, referente a outros serviços relacionados a auditoria, durante o exercício vigente, foi inferior a 5% do valor total de seus respectivos honorários para o exame das demonstrações financeiras da Companhia e que não tiveram qualquer implicação no princípio de independência descrito no parágrafo acima.

Com base em referidos princípios, a KPMG Auditores Independentes informou que a prestação de tais serviços, conforme descritos acima, não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços prestados à Companhia.

AGRADECIMENTOS

A Administração da Rumo agradece aos acionistas, clientes, fornecedores e instituições financeiras pela colaboração e confiança depositados e, em especial, aos seus empregados pela dedicação e esforço empreendidos durante o ano de 2015.

Para detalhes da análise dos resultados de 2015, visite o nosso site: http://ri.rumoall.com.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, inciso 5º da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com opiniões expressas no parecer dos auditores independentes emitido em 30 de março de 2016 pela KPMG Auditores Independentes, CRC SP-014428/O-6 F-PR.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, inciso 6º da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.